

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (UNESP)
JORNALISMO

ISABELA HOLL CIRIMBELLI GROSSI PARREIRA

**ESTUDO DAS COBERTURAS MIDIÁTICAS CORPORATIVAS E RADICAIS EM
BAURU: OS PROTESTOS E OCUPAÇÕES DE 2013 E DE 2016**

Bauru, maio de 2019

UNESP – FAAC – Departamento de Comunicação Social

ISABELA HOLL CIRIMBELLI GROSSI PARREIRA

**ESTUDO DAS COBERTURAS MIDIÁTICAS CORPORATIVAS E RADICAIS EM
BAURU: OS PROTESTOS E OCUPAÇÕES DE 2013 E 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito parcial para obtenção do certificado de graduação em Comunicação Social - Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier

Bauru, maio de 2019

UNESP – FAAC – Departamento de Comunicação Social

**ESTUDO DAS COBERTURAS MIDIÁTICAS CORPORATIVAS E RADICAIS EM
BAURU: OS PROTESTOS E OCUPAÇÕES DE 2013 E 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito parcial para obtenção do certificado de graduação em Comunicação Social - Jornalismo.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier (orientador e presidente da banca)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof. Dr. Angelo Sottovia Aranha
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Me. Carolina Bataier
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

AGRADECIMENTOS

A realização dessa pesquisa não seria possível sem a ajuda de diversas pessoas. Dessa forma, agradeço à minha família por ter fornecido apoio e incentivo aos meus estudos, durante o ensino médio e a faculdade. Também agradeço ao meu orientador, que depositou confiança em minha responsabilidade e capacidade no desenvolvimento dessa pesquisa acadêmica. Agradeço também aos meus amigos, especialmente às minhas companheiras de república que me apoiaram nos momentos de insegurança. Também agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo tão importante incentivo e apoio, não somente à minha pesquisa, mas a todas realizadas no estado de São Paulo, que têm importante papel na evolução da ciência, da educação e da sociedade, em nosso país.

RESUMO

Nessa pesquisa analisou-se os conteúdos produzidos pelas mídias radicais e corporativas na cidade de Bauru (SP). As coberturas realizadas pelas mídias referem-se aos protestos de junho de 2013 e às ocupações realizadas por estudantes secundaristas, em outubro de 2016. O material bibliográfico utilizado pela pesquisa visou o aprofundamento do conceito de mídia radical e a análise de sua relação com a esfera pública, assim como o seu contexto histórico na realidade brasileira. Foram selecionados conteúdos produzidos pelas mídias corporativa e radical. Também entrevistou-se membros dos coletivos midiáticos atuantes durante os períodos selecionados pela pesquisa. Com o material das publicações e as entrevistas cedidas, foi possível a observação do perfil de atuação das mídias radicais e corporativas em Bauru. A análise também possibilitou a comprovação da contribuição da mídia radical para a esfera pública. Além disso, realizou-se uma análise comparativa do comportamento de ambas as mídias entre os períodos e os dados expostos indicam uma regressão por parte da mídia corporativa e uma projeção por parte da mídia radical.

Palavras-chave: Mídia radical. Mídia corporativa. Protestos. Ocupações. Jornalismo.

ABSTRACT

This research analyze the contents produced by the radical and corporate media in the city of Bauru (SP). The media coverage period refers to the protests of June 2013 and occupations of October 2016, done by high school students. The bibliographic material used by the research aimed at deepening the concept of radical media and its relationship with the public sphere. As well, its historical context in the Brazilian reality. Also the content produced by corporate and radical media was selected. Was interviewed members of the media groups that made coverages during the periods selected by the research. With the material of the publications and the interviews yielded, it was possible to observe the profile of the radical and corporate media in Bauru. The analysis also made it possible to prove the contribution of radical media to the public sphere. In addition, a comparative analysis of the behavior of both media between the periods was performed, the data exposed indicate a regression by the corporate media and a projection by the radical media.

Keywords: Radical Media. Corporate Media. Protests. Occupations. Journalism.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 Conceito de cultura popular, cultura de massa, cultura de oposição e audiências ativas: o entrelaçamento com a Mídia Radical e suas características.....	11
2.2 Contra-hegemonia e movimento social: vínculos da mídia radical.....	17
2.3 Esfera pública e sua relação com os conteúdos contra-hegemônicos e a mídia radical.....	19
2.4 O contexto histórico da mídia radical no Brasil.....	27
2.5 Contexto e atualidade do jornalismo corporativo.....	32
2.6 Protestos de junho 2013 e ocupações de outubro 2016: espaços para coberturas midiáticas.....	37
3. ELABORAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE ANÁLISE COMPARATIVA.....	40
3.1 Realização do Trabalho de Campo: entrevistas com os agentes das mídias radicais e empresariais.....	42
3.2 Padrão das publicações divulgadas pela mídia radical em 2013.....	46
3.3 Padrão das publicações divulgadas pela mídia corporativa em 2013.....	49
3.4 Padrão das publicações divulgadas pela mídia radical em 2016.....	55
3.5 Padrão das publicações divulgadas pela mídia corporativa em 2016.....	59
4. RELAÇÃO COMPARATIVA DOS RESULTADOS.....	65
4.1 Os perfis da mídia radical e da mídia corporativa: organização das pessoas que compõem os veículos midiáticos.....	65
4.2 Os perfis da mídia radical e da mídia corporativa: organização do processos que compõem os veículos midiáticos.....	69
4.3 Os perfis da mídia radical e da mídia corporativa: organização das plataformas que compõem os veículos midiáticos.....	72
4.4 Comparações entre os padrões da cobertura do Jornal da Cidade em 2013.....	74
4.5 Comparações entre os padrões de cobertura de 2013 e 2016 no Jornal da Cidade..	80

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
6. REFERÊNCIAS.....	92
6.1 Documentários.....	93
6.2 Fontes Entrevistadas	93

APRESENTAÇÃO

A realização desta pesquisa foi motivada pelo interesse em melhor compreender os mecanismos da mídia radical brasileira, com foco na cidade onde foi realizado o estudo: Bauru (SP). Era de interesse observar como os grupos contra-hegemônicos se estruturam para realizar as coberturas dos movimentos sociais dos quais fazem parte. O período de seleção do conteúdo da mídia radical e corporativa foi escolhido devido ao acompanhamento realizado pela pesquisadora nos protestos de 2013 e nas ocupações de 2016.

Enquanto jornalista, a pesquisa também foi realizada com a intenção de promover maior compreensão das consequências da cobertura da mídia corporativa sobre os movimentos sociais. É importante estudar e verificar os padrões de cobertura da mídia corporativa, que resultam em formações de opiniões na sociedade. Como a esfera pública é alimentada constantemente pelos jornalistas, os conteúdos jornalísticos produzidos geram os debates e conversas públicas. A tonalidade dada por uma cobertura jornalística pode ser determinante na formação de opiniões preconceituosas ou distantes dos fatos da realidade empírica. A postura da mídia causa consequências tanto nos movimentos sociais, quanto nas demais camadas da sociedade, que podem vir a reprimir determinados movimentos e grupos relacionados a eles.

A ética do jornalismo e a necessidade de se realizar uma cobertura com caráter cidadão e mais igualitário fomentou a estruturação dessa pesquisa. Durante a sua realização, foi percebida a responsabilidade que carrega o jornalista da mídia tradicional, pois ele pode causar consequências diretas nos rumos de uma sociedade e na forma de pensar dos cidadãos.

Durante a pesquisa, também foi verificada a importância da mídia radical, composta por grupos contra-hegemônicos, que surgia como uma forma de preencher as lacunas informativas deixadas pela mídia tradicional. Essas lacunas são geradas devido aos interesses e enviesamentos políticos ou econômicos nas coberturas. Por meio da mídia radical, a contra-hegemonia pode estar presente nos debates públicos, fornecendo outras versões dos acontecimentos, quebrando os silenciamentos impostos pelos veículos empresariais.

Além disso, o estudo possibilitou a aproximação entre a pesquisadora e os agentes das mídias radicais e empresariais. Em cada entrevista eram dadas informações que possibilitaram um maior entendimento do universo cultural presente em cada coletivo de mídia. Foi verificado o quanto diferentes são os objetivos dos processos em cada mídia, assim como as diferenças na organização de pessoas, cargos e tarefas nos coletivos selecionados.

Nesta monografia são apresentados o material bibliográfico utilizado, composto por livros, artigos e documentários que dissertam sobre conceitos como mídia radical, movimentos sociais, esfera pública, jornalismo e mídia corporativa. Também foram utilizados materiais sobre o contexto histórico das mídias radicais no Brasil.

No segundo capítulo foram detalhadas as metodologias utilizadas na pesquisa e os resultados obtidos por meio desses métodos, enquanto no terceiro capítulo, utiliza-se esses resultados para estabelecer análises comparativas que nos guiam ao alcance dos objetivos estipulados pela pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

O período de junho de 2013 marcou o início de uma série de protestos que ocorreram por todo o Brasil durante aquele ano. A população começou a reivindicar melhorias sociais, como transporte público, melhoria da saúde pública, mobilidade urbana no geral, educação pública e muitos se posicionaram contra a corrupção política no país. No meio dessa efervescência social, a Copa das Confederações acabou incitando ainda mais um cenário de indignação social, devido aos altos gastos com infraestrutura dos estádios e às alterações legislativas promovidas pela “FIFA”. O aumento da passagem de ônibus serviu como um estopim e repercutiu uma série de protestos por todo o país. O primeiro foi organizado em São Paulo pelo Movimento Passe Livre (MPL) e reuniu cerca de 4 mil pessoas. Em duas semanas, o número de protestos aumentou e já havia 1,4 milhões de pessoas espalhadas por 120 cidades brasileiras.

No ano de 2016 também ocorreram manifestações sociais, aconteceram ocupações estudantis e protestos de rua. O mês de outubro de 2016 foi selecionado para pesquisa por ser um

período que abarca dois acontecimentos que influenciaram essas manifestações. O primeiro deles aconteceu no fim do mês de setembro, que foi o encaminhamento feito pelo Governo Federal da Medida Provisória de Reformulação do Ensino Médio¹, que afeta diretamente os estudantes secundaristas das escolas públicas, pois propõe mudanças na grade curricular, no horário das aulas e na contratação de professores. O segundo acontecimento foi a aprovação na Câmara dos deputados da PEC 241, chamada PEC do Teto dos Gastos Públicos, depois nomeada PEC 55², que visou cortes econômicos nas verbas da educação brasileira.

A pesquisa³ tem como objetivos analisar e comparar os conteúdos produzidos pelas mídias radicais e empresariais na cidade de Bauru (SP), durante os períodos de junho de 2013 e outubro de 2016. O conceito de mídia radical considerado por essa pesquisa é o proposto por John Downing, pelo qual são considerados como mídia radical elementos comunicativos desenvolvidos por camadas subalternas da sociedade, que transmitam conteúdos de oposição à estrutura de poder hegemônico de determinada sociedade (DOWNING, 2002). Também é objetivo da pesquisa verificar se a mídia radical contribui para o alargamento da esfera pública.

Além disso, o estudo visou a compreensão do perfil das mídias radicais e corporativas em Bauru, foram coletadas informações sobre suas estruturas de gestão de pessoas, processos e plataformas utilizadas nas coberturas e divulgação dos conteúdos.

A pesquisa também teve como objetivo verificar a existência de uma política de continuidade, para verificar se a cobertura realizada pelas mídias regrediu ou progrediu durante os períodos selecionados. Conjuntamente, foram analisados os conteúdos das coberturas midiáticas e os destaques dados aos temas relativos aos movimentos sociais na mídia impressa. Foi verificado se as pautas referentes às manifestações e ocupações tinham relevância na hierarquização das notícias do jornal, em ambos os períodos.

¹ Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992> acesso do dia 01/07/2018 às 20:26

² Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337> acesso do dia 01/07/2018 às 20:28

³ Esta monografia é fruto de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), durante o período de julho de 2017 a junho de 2018.

Para alcançar esses objetivos estipulados, foi necessária a seleção dos conteúdos publicados pela mídia radical em junho 2013. Os veículos selecionados foram as páginas do Facebook: **Casa Fora do Eixo Bauru (FDE)**, **Bauru Acordou** e **Mídia NINJA**, quando se tratava de publicações sobre as manifestações em Bauru. A seleção dos conteúdos da mídia corporativa teve como fonte as publicações do **Jornal da Cidade (JC)** de Bauru. As publicações de mídia radical selecionadas, em outubro de 2016, correspondem à página **Movimento Estudantil Secundarista de Bauru**, no **Facebook**, e como mídia corporativa, novamente, foi utilizado o **JC**.

Visando a ampla compreensão do perfil de ambas as mídias foram realizadas entrevistas com membros dos veículos que realizaram as coberturas desses movimentos sociais. Assim, possibilitou-se a extração de informações sobre a gestão de pessoas, processos e plataformas.

Para poder analisar a relevância da cobertura sobre os movimentos sociais na diagramação do jornal impresso, foi realizada a análise do conteúdo selecionado. Foi desenvolvido um método de observação através de folhas transparentes, que continham dados sobre as zonas de visualizações nas páginas. Esses dados foram reproduzidos fielmente aos teorizados pelo autor Rafael Silva, no livro *O planejamento visual gráfico na comunicação impressa* (1985). Nas páginas do **Jornal da Cidade**, que veiculam conteúdos sobre os movimentos sociais foi realizada a contagem do espaço cedido a esses temas. Esses métodos possibilitaram uma melhor compreensão sobre a repercussão da mídia corporativa entre os períodos.

A realização da pesquisa permitiu uma reflexão sobre a profissão do jornalista na atualidade e a sua atuação em coberturas relacionadas aos movimentos sociais, assim como a análise da intencionalidade da mídia corporativa e o sentido conotativo dado às publicações dos conteúdos. O estudo possibilitou melhor compreensão das ferramentas comunicativas e da forma como a sociedade civil expõe suas demandas e fomenta a discussão pública, por meio da mídia radical.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de cultura popular, cultura de massa, cultura de oposição e audiências ativas: o entrelaçamento com a Mídia Radical e suas características

Para possibilitar a análise comparativa entre as coberturas de mídias radicais e as coberturas de mídias corporativas, proposta pela pesquisa, foi necessária a realização de estudo sobre a mídia radical. A base bibliográfica que fundamentou o entendimento do conceito de mídia radical utilizada foi a proposta por John Downing no livro “*Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*” (2002). O autor discorre, ao longo de sua teoria, sobre questões entrelaçadas com o contexto da pesquisa, como as características da mídia radical, os movimentos sociais e o conceito de esfera pública.

John Downing começa a contextualizar a mídia radical com uma reflexão teórica sobre as culturas populares, culturas de massa e culturas de oposição. Ele comenta sobre a definição clássica de cultura popular feita por Theodor Adorno em “*Culture Industry Reconsidered*”⁴ (1944). Nesse artigo, Adorno faz uma explicação sobre sua publicação posterior escrita conjuntamente com Max Horkheimer, pois críticos consideraram que os autores depreciaram a cultura popular. Portanto, Adorno faz uma ressalva sobre o tema e distingue cultura popular de cultura de massa. Os pesquisadores haviam rejeitado a cultura de massa, fruto da Indústria Cultural, que é veiculada pelo rádio, pela publicidade e pela televisão e consiste “como uma versão espúria e até mesmo fascista das necessidades do público, a qual sufocava o espírito de questionamento” (DOWNING, p.34, 2002). Adorno, portanto, categoriza a cultura popular como sendo relacionada às visões e desejos das pessoas que, muitas vezes, se expressa na música e na arte folclórica, que também pode apresentar um potencial de oposição e questionamento.

Downing, por sua vez, rejeita a separação entre cultura de massa e cultura popular. Para o autor, ambas as culturas estão entrelaçadas, assim como a cultura de oposição também está entrelaçada com a cultura popular e a de massa. O autor concorda com Jesús Martín-Barbero,

⁴ T.W. Adorno “*Culture Industry Reconsidered*”, em *New German Critique*, nº6, Cornell University, Ithaca, 1975, pp 12-19. Em português: “*Indústria Cultural Reconsiderada*”.

que argumentou em seu estudo “Communication, Culture and Hegemony from the Media to Mediations”⁵, sobre as interpenetrações das culturas populares e de massa. Pois, para ele, o sucesso da mídia de massa está relacionado ao fato dela dar destaque a elementos da cultura popular. A Indústria Cultural não é uma imposição de cima para baixo, ela sabe dialogar com a cultura popular (DOWNING, 2002). .

Downing ressalta o dualismo simplista dado por Adorno ao categorizar e separar a cultura popular da massiva, definindo toda cultura popular como sendo de oposição, questionadora ou politicamente saudável, em contraponto com a Indústria Cultural. Para Downing, a cultura popular pode se apresentar de formas que não são politicamente saudáveis. Essas podem ter caráter racista, machista, elitista, homofóbicas⁶ ou cultivar outras formas de preconceito. O autor dá como exemplo de culturas populares preconceituosas algumas canções folclóricas e os papéis dados à mulheres em contos de fadas (DOWNING, 2002). .

Marcelo Hotimsky é integrante do **Movimento Passe Livre** (MPL) e em entrevista para o documentário “*Zerovinte*”⁷ produzido em 2013, pela **Carta Capital**, também comentou sobre as formas de expressão popular que não foram politicamente saudáveis durante os protestos de 2013. Ele aborda que, no período, havia pessoas se manifestando por causas cidadãos e democráticas, mas também havia demandas preconceituosas partindo da população brasileira. “... acho que a gente tem que ver os dois lados, por um lado você vê gente indo para a rua pela “Cura Gay”, por outro lado, você vê um movimento como o “Movimento dos Trabalhadores Sem Teto”, que há muito tempo tentava dialogar com o governador e nunca tinha conseguido” (HOTIMSKY, 2013).

Downing afirma que a cultura de oposição recorre e contribui para a cultura de massa e para a cultura popular. Como exemplo, ele traz uma série de televisão, que é um meio massivo, mas

⁵ J. Martín-Barbero, Communication, Culture and Hegemony: from the Media to Mediations” (Newbury Park: Sage, 1993), pp. 120-147. Em português: “Comunicação, cultura e hegemonia: da mídia às mediações”.

⁶ Atualmente (2019), é utilizado um termo mais inclusivo do que “homofóbicas”, poderíamos trocar pelo termo LGBTQ+ fóbicas que significa: preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e queers.

⁷ O documentário foi lançado no dia 26/08/2013, ele foi produzido por Gabriel Bonis, Marsilea Gombata, Piero Locatelli, Sergio Lirio, Clara Parada, Paloma Rodrigues, Ricardo Rossetto, Lino Bocchini, Pedro Presotto e Rodrigues Martins da CartaCapital e tem como fonte: o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, os filósofos Renato Janine e Vladimir Safatle o cientista político Sergio Amadeu, e Marcelo Hotimsky do Movimento Passe Livre,.

que repercutiu conceitos da luta anti-racismo pertencentes à cultura de oposição. A cultura de oposição se posiciona contra o discurso dominante de uma sociedade e contra as formas hegemônicas de poder.

O autor também discorre sobre o conceito de audiência ativa. Uma audiência que não só absorve os produtos da mídia, de forma passiva, mas é capaz de refletir e redefinir as mensagens ofertadas pelos meios e, por vezes, elaborar respostas para esses conteúdos. Portanto, “a linha que separa os usuários de mídia ativos dos produtores de mídia radical alternativa torna-se muito mais indistinta” (DOWNING, p.40, 2002). A mídia radical é a forma de atividade mais atuante criada pelas audiências ativas. Para o autor, as audiências ativas são formadas por pessoas que exercem papéis de “co-arquitetos, que surrupiam as mensagens da mídia e transformam no que desejam da mídia e subvertem os valores pretendidos (DOWNING, 2002). Um exemplo que se encaixa nesse conceito, exposto pelo autor, foi a subversão da música “Vem para a rua” de 2013. A música havia sido criada para o comercial da empresa *Fiat*⁸ com intuito de estimular os torcedores da seleção brasileira a assistirem os jogos em telões da rua. O escritor da música em entrevista para o G1⁹ alegou que não tinha intenções de realizar alguma forma de protesto com a letra da música. Porém, audiências ativas subverteram os valores pretendidos e o “Vem para a rua” se tornou o grito de guerra das manifestações em 2013. Essa frase era exposta em cartazes e também se tornou um vídeo-paródia¹⁰ feito por internautas.

As mídias radicais são formas de expressão das culturas populares e de oposição, por meio delas são expressadas tendências de oposição abertas e veladas, nas culturas populares. A conexão da mídia radical com as culturas populares resulta em uma vasta gama de atividades e de expressões, como o teatro de rua, os murais, a dança e a música e não apenas os veiculados pelos meios de comunicação tradicionais como o rádio, vídeo, imprensa e internet

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LKMwzMtuL90> . Acesso do dia 23/23/2019 às 21:40.

⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/musica/noticia/2013/06/criador-de-vem-para-rua-comenta-uso-da-musica-em-protestos.html> . Acesso do dia 23/23/2019 às 21:40.

¹⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=13&v=i3lCMiUAJ90 . Acesso do dia 23/23/2019 às 21:40.

(DOWNING, 2002). Para o autor, a importância do estudo e observação da mídia radical deve-se à:

“...a urgência do ativismo da mídia diante dos bloqueios da expressão pública. Esses bloqueios se erguem de muitos setores: dos poderosos elementos que compõem a dinâmica da economia capitalista, do silêncio do governo, do obscurantismo religiosos, dos códigos patriarcais e racistas institucionalizados, de outros códigos hegemônicos, aparentemente naturais e razoáveis, do impacto do populismo reacionário e também dos reflexos de tudo isso na esfera dos próprios movimentos oposicionistas. Embora essencial, o ativismo da mídia radical não é a única resposta necessária também são vitais as campanhas de alfabetização pela mídia, a crescente democratização dos meios de comunicação, a popularização técnica e científica e o apoio aos profissionais de mídia que lutam para elevar nível da prática da mídia tradicional” (DOWNING, p.22, 2002).

A mídia radical é atuante no processo de disseminação da expressão pública e enfrenta bloqueios da evolução da crítica cidadã como o patriarcado, imposições religiosas e econômicas, haja vista o postulado do autor. O papel da mídia radical pode ser conceituado como o de tentar quebrar o silêncio e se impor como a tentativa de fornecer a verdade contra-hegemônica. A mídia radical tem como meta não só fornecer ao público fatos que lhe foram negados, mas também divulgar o contexto dos fatos e desenvolver uma perspectiva crítica sobre os processos hegemônicos. Downing vai além e afirma que também deve fortalecer o sentimento de confiança no público, incentivar sua capacidade de promover mudanças construtivas, deve-se mostrar às audiências que elas possuem poder transformador (DOWNING, 2002).

A questão levantada pelo autor sobre incentivar o poder de promover mudanças no público levanta uma possível associação com o modelo de mídia radical executado por Lenin, no começo do século XX. Porém, Downing critica esse formato de mídia radical, porque para ele servia para transmitir as prioridades estipuladas pelo partido comunista, mas deve-se considerar que o modelo leninista influenciou diretamente o sentimento de capacidade na promoção de mudanças nas suas audiências, em estrutura hegemônica. O modelo ficou conhecido como “agitprop”: “abreviação para a combinação de táticas de informação de curto prazo para trazer ao conhecimento do público os abusos e problemas imediatos (agitação) e de estratégias de comunicação política de longo prazo (propaganda), destinadas a moldar corações e mentes numa direção compatível com o marxismo-leninismo” (DOWNING, p.111, 2002).

No livro, são expostas as características que Downing observa nas mídias radicais categorizadas por ele em seu estudo. As comunicações radicais expandem as informações e reflexões, geralmente estreitas, da mídia corporativa convencional. Ela também é mais sensível, ou realiza a tentativa de ter maior sensibilidade com as demandas dos excluídos da sociedade, seja uma exclusão pautada no preconceito por determinada minoria social ou uma exclusão por preconceito econômico. Muitas vezes, a mídia radical tem estreita relação com algum movimento social em andamento, “portanto, expressa com muita espontaneidade os pontos de vista e opiniões que não encontram espaço ou são ridicularizados na mídia oficial” (DOWNING, p.81, 2002). Isso aconteceu em 2013, o motivo da **Mídia NINJA** ser criada não foram as manifestações de Junho, mas aqueles protestos se conectaram amplamente com o coletivo. Tanto que, em entrevista à pesquisadora, a editora do núcleo de Opinião e Design, Raíssa Galvão¹¹, afirmou que muitos acreditam que a **Mídia NINJA** foi fundada por causa dos protestos. A fama do coletivo realmente cresceu devido à cobertura e o envolvimento dos Ninjas¹² com os protestos de 2013. Esse foi o pontapé inicial da popularidade do coletivo no Brasil. A relação com o movimento social em andamento se dava por meio de uma cobertura midiática que se fazia muito presente e integrada às manifestações. Eram realizadas coberturas ao vivo que eram transmitidas por longos períodos, até adentravam na madrugada, se fosse necessário. A cobertura se pautava no andamento das ações em fluxo, acompanhavam o movimento de perto. Por isso, era o movimento social que ditava as regras e a duração da cobertura, essas regras não partiam da organização, como seria feito se fosse uma mídia convencional. A intimidade da **Mídia NINJA** com o movimento em curso era tão relevante que a própria mídia corporativa teve que utilizar as informações geradas pelo coletivo para suprir as suas lacunas informativas. Como na edição do **Jornal Nacional**, do dia 23 de Junho, em que foram utilizadas imagens produzidas¹³ e cedidas pelos Ninjas. Foi transmitido uma reportagem de aproximadamente seis minutos sobre uma manifestação LGBTQ+, realizada pelo coletivo **Mídia NINJA** e além de utilizarem os vídeos do grupo, também fizeram uso de uma entrevista, executada por um integrante (RENÓ, 2014).

¹¹ A entrevista com Raíssa Galvão foi realizada em setembro de 2017, ela atua no Mídia NINJA desde de sua fundação em 2011. Ela já atuou no Núcleo de Redes Sociais e atualmente é responsável pela Editoria de Opinião e também é gestora do Núcleo de Design.

¹² “Ninjas”: forma como são apelidados os membros do coletivo Mídia NINJA.

¹³Disponível no endereço:

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/07/passeata-termina-em-confronto-e-pm-e-criticada-por-prende-r-integrante-do-midia-ninja.html> acesso do dia 25/11/2016 às 16:07

Outra característica relevante mencionada pelo autor é o fato de a mídia radical não se censurar em relação ao conteúdo que ela deseja comunicar ao público:

“...a mídia radical alternativa não precisa censurar-se para atender aos interesses dos mandachuvas da mídia, do entrincheirado poder estatal e das autoridades religiosas... sua própria organização interna é muitas vezes mais democrática que hierárquica... algumas formas de mídia radical cumprem o papel inovador que Raymond Williams atribuía ao que ele denominava “formações”; aqueles movimentos e tendências efetivos, na vida intelectual e artística, que têm influência significativa e às vezes decisiva no desenvolvimento ativo de uma cultura e uma relação variável e geralmente oblíqua com as instituições formais” (DOWNING, p.81, 2002).

Em paralelo com o argumento exposto por Raymond Williams, sobre a influência no desenvolvimento ativo de uma cultura, os autores McClure e Mouffe dissertam sobre a capacidade da mídia radical para criar suas próprias interpretações. Essa forma de mídia é capaz de criar novas significações, ou promover ressignificações sobre o ambiente em que está e sobre seus próprios membros. Dessa forma, os conteúdos radicais podem recodificar a própria identidade e romper com a interpretação tradicional dos signos e códigos expostos pela mídia corporativa e pela visão hegemônica de uma sociedade. “...que cada um se torne o contador da própria história... reconstrua o retrato pessoal que tem da própria comunidade e cultura” (MCCLURE; MOUFFE, 1992).

Entre as características elencadas por Downing, apresentadas anteriormente, está a horizontalidade. A mídia radical apresenta autogestão, seu comando não está nas mãos de outrem, mas sim, dos colaboradores do próprio coletivo. Porém, o autor também chama a atenção para as problemáticas que essa horizontalidade pode promover, como fatores em que um dos indivíduos acredite que deve exercer uma liderança perante os demais. O autor disserta que, por mais igualitária que seja a ideologia, a experiência de classe pode levar a crer que a pessoa deve liderar o grupo. Por isso, as estruturas de autogestão da mídia radical devem se manter atentas à inclusão conforme estrutura horizontal. Principalmente, deve-se fomentar a participação de grupos historicamente excluídos em todas as decisões. O coletivo tem que se dispor a promover a capacidade de desenvolvimento de suas próprias fileiras (DOWNING, 2002).

2.2 Contra-hegemonia e movimento social: vínculos da mídia radical

Os bloqueios da expressão pública se baseiam nas estruturas hegemônicas. Antonio Gramsci evidenciou os meios de comunicação como sendo um dos alicerces que mantêm a liderança do capitalismo. Assim como outros alicerces, como a escola, as igrejas, as universidades e as ideologias corporativas. Para Gramsci, a sociedade capitalista produz, com apoio desses pilares, a visão de um mundo incontestado. Ou seja, uma realidade que não se põe em dúvida, que passou a ser vista como inevitável. Também vincula-se à crença de que o poder da classe dominante se respalda em sua habilidade singular de comandar a nação, independentemente das críticas aos membros individuais dessa classe. A saída desse modelo econômico e social, a formação da hegemonia socialista seria construída “com o passar do tempo através do engajamento das massas” (DOWNING, p.47, 2002). Para Gramsci, esse modelo alternativo deveria ser liderado, mas não manipulado ou tiranizado, por um partido comunista. Ele também visava que os comunicadores intelectuais/ativistas se integrassem com as classes subordinadas para juntamente desenvolverem uma ordem social justa e culturalmente superior. Diferentemente do que Gramsci chama de intelectuais integrados às classes dominantes, cujos esforços comunicativos favorecem o poder da elite dentro do sistema capitalista (DOWNING, 2002).

Outros escritores influenciados por Gramsci passaram a discorrer sobre noções de contra-hegemonia, embora esse termo não tenha sido criado por Gramsci, como forma de categorizar as tentativas de contestar estruturas ideológicas dominantes. Para Downing, a proliferação da mídia radical é vital para a elaboração de alternativas no debate público, também é vital para questionar formas de liderança oposicionistas e limitar agentes que atuem por dominação invés de liberdade. Conforme os conceitos de sociedade hegemônica vistos, a mídia radical pode ser interpretada de duas formas, “como necessária para construir a contra-hegemonia, mas desfrutando um poder apenas temporário, somente nos períodos de tensão política, ou como parte do anseio de expressar o disruptivo e profundamente arraigado descontentamento das massas” (DOWNING, p.50, 2002).

Sobre a formação de movimentos sociais alternativos e contra-hegemônicos, que muito se relacionam com a intenção de desenvolver os direitos humanos, e a permissão que as classes subordinadas tenham acesso a eles, pode-se citar o que Primo Levi definiu como “a vergonha de ser homem”, sendo “o ponto de partida é a indignação e resistência diante do que os homens fazem” (COCCO, p. 143, 2010). A indignação é o momento constituinte dos direitos humanos é ela que fomenta a reflexão e a criação dos direitos e também se relaciona com a motivação que leva os agentes da mídia radical a realizarem suas ações e organizações contra-hegemônicas. A luta contra a desigualdade transforma os indivíduos, o que interessa são as pessoas que resistem, “criam e produzem materialmente seus direitos e, nessa exata medida, constituem um outro mundo” (COCCO, p. 143, 2010).

Downing propõe uma reflexão sobre o significado de “movimento social” e para isso ele retoma ideias dos autores Arato e Cohen que formularam três possíveis classificações:

O modelo mais antigo referia-se à rebelião das massas, à multidão em tumulto, agindo de maneira cega e insensata, levada apenas por emoções impetuosas e descontroladas - em outras palavras, a percepção do ativismo público das massas por aqueles que ficaram horrorizados com a Revolução Francesa e os levantes operários e socialistas. Em clara oposição a esse modelo está o segundo, o modelo dos movimentos sociais como atores racionais. Como não têm propriedades e geralmente são pobres, os membros do público em geral precisam criar recursos alternativos para exercer influência sobre o processo político e de alocação. Esses recursos alternativos consistem em ações coletivas como greves, ocupações, passeatas, operações tartaruga, bloqueios de tráfego. Longe de serem explosões irracionais de turbas ensandecidas, essas ações são táticas cuidadosamente refletidas e levadas a cabo por aqueles que não têm riqueza nem poder estatal. O terceiro modelo vem do estudo acadêmico sobre os chamados novos movimentos sociais (NMS), ou seja, os movimentos sociais ecológicos, feministas ou pacifistas. Alguns estudiosos sustentam que esses movimentos representam um novo estágio qualitativo na cultura política contemporânea... (DOWNING, p.56, 2002).

Os partidos políticos não são tão sensíveis às demandas do público, principalmente dos excluídos socialmente ou economicamente. As instituições oficiais das democracias estão distantes dessas pessoas e não conseguem identificar a heterogeneidade das massas. Porém, isso não significa que as mídias radicais e os movimentos sociais não tenham determinados preconceitos. Por isso, mesmo entre movimentos politicamente saudáveis pode haver cisões entre as subculturas existentes em movimentos. (DOWNING, 2002).

2.3 Esfera pública e sua relação com os conteúdos contra-hegemônicos e a mídia radical

Após concluírem as três definições sobre movimento social, Arato e Cohen propõem que os movimentos sociais constituem a esfera pública do mundo contemporâneo. O termo “esfera pública” foi criado por Habermas. Para ele, as atividades da esfera pública eram o debate e a discussão racionais. O conceito surgiu devido à zona alternativa criada pela elite intelectual para criticar o regime monárquico, no século XVIII. Essas críticas à monarquia aconteciam em cafés e casas de chá, sendo esses os locais em que a conversa pública e o debate ocorriam. Gradativamente, os reinados foram perdendo seu poder absoluto exatamente devido a esses debates que ocorriam fora da corte. A crítica ao regime também ocorria por meio de panfletos e pelos primeiros formatos de mídia impressa que dariam origem aos jornais. “O virtual monopólio da corte sobre a política oficial foi se extinguindo” (DOWNING, p.62, 2002). Porém, para Habermas, a esfera pública caiu em detrimento devido a hegemonia corporativa e governamental. Em resposta a Habermas, dois críticos marxistas, Oskar Negt e Alexandre Kluge, afirmaram que a esfera pública burguesa, da elite intelectual, não é tão importante quanto a esfera pública proletária. Essa aconteceria em espaços em que o proletariado pudesse discutir sobre seu passado, presente e futuro (DOWNING, 2002).

A partir desses autores, percebe-se uma reflexão sobre a esfera pública contra-hegemônica e, devido a esse caráter, pertinente à cultura de oposição, associa-se o papel das mídias radicais alternativas e as conversas públicas que são geradas por essas formas de divulgação de conteúdo radicais. Também pode-se pensar nas esferas públicas existentes nos demais coletivos que, por serem horizontais, dão margem aos seus próprios debates. Como disserta o autor:

Se o assunto em questão é a atividade que acontece dentro das localidades ou no interior de grupos ou fórum particulares, então, com certeza, a essência do que está sendo assinalado na terminologia *Offentlichkeit*/esfera pública é a informação, a comunicação, o debate, a mídia - a conversa pública sobre temas do momento. A fusão efetiva de esfera pública e movimentos sociais proposta por Arato e Cohen injeta no sentido um tanto estático e localizada de esfera pública a controversa dimensão cinética que falta a esta tradução *Offentlichkeit*. Contudo, os dois autores não trazem nenhuma distinção entre esfera pública e esfera alternativa; para eles, na esfera pública há necessariamente um fórum democrático (DOWNING, p.65, 2002).

A visão de Arato e Cohen é mais otimista porque pressupõe a existência da esfera pública contemporânea, diferentemente do que foi proposto por Habermas. Downing porém se atenta para a questão de que os autores consideram que em toda esfera pública há um caráter democrático, supondo sempre uma aproximação alternativa. Ele, então, relembra que os estímulos da economia capitalista são poderosos e conseguem se entremear em todo lugar. A hegemonia se infiltra no do diálogo público e nos movimentos sociais, podendo ser elitista, misógina e racista (DOWNING, 2002). Um exemplo prático que possibilita um melhor entendimento do que foi proposto pelo autor, sobre a infiltração de ideias hegemônicas em movimentos populares, é o atual cenário político brasileiro. Em 2018, presenciamos muitas movimentações de massas¹⁴ que davam apoio a um candidato político que já proferiu diversas falas carregadas de racismo, misoginia e outros preconceitos¹⁵.

Downing, então, aborda o conceito de teias de comunicação interpessoais, enquanto redes de comunicação entre grupos, que não se dá por meio da mídia corporativa, embora sejam alimentados por ela e também a alimente. Essas redes são compostas por audiências ativas e são conectadas internamente, o que é característica dos movimentos sociais. A esfera pública é possível e também acontece entre os membros desses círculos interligados. A comunicação entre esses grupos se dá em diferentes formatos, não somente em debates racionais ou metódicos, podendo ser utilizadas todas as formas de mídia radical, como as citadas anteriormente: murais, música, teatro de rua, a dança, a música e os usos radicais dos meios de comunicação tecnológicos. Além disso, também usa-se a sátira, a ironia, a caricatura e as indiretas. A comunicação radical que permeia a esfera pública nem sempre se mantém em uma conduta polidamente racional, pois não deixa de ser diferente das demais expressões humanas. Mesmo em produtos comunicacionais irônicos, o valor contra-hegemônico de Gramsci pode se expressar. Como por exemplo, considerando as caricaturas, elas podem ser um produto da mídia radical e expressarem ironia, mas o conteúdo, nesse caso, independe do formato, podendo ser contra-hegemônico ou a favor da hegemonia (DOWNING, 2002).

¹⁴ Exemplo de manifestação reportada pelo veículo de imprensa “El País”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/30/politica/1538312667_597094.html Acesso do dia 27/03/2019.

¹⁵ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/frases-polemicas-do-candidato-jair-bolsonaro/> . Acesso do dia 27/03/2019.

O autor, então, sublinha o papel da mídia radical de estimular o debate na esfera pública. A mídia radical alternativa, comumente, é a que primeiro se articula e difunde as questões dos movimentos sociais. “Sua fidelidade é devotada, em primeiro lugar, aos movimentos, e é por eles que ela nutre seu principal fascínio (DOWNING, p.65, 2002). Além de ter um importante papel relacionado a dar voz aos movimentos sociais e fomentar debates públicos nas redes de comunicação com as quais interagem, há também a necessidade de ressaltar o seu papel em períodos de tranquilidade política, pois ela tem capacidade de ser o primeiro ato, acender a primeira chama de uma revolução ou um debate que seguirá por décadas.

O raciocínio de Downing, sobre a mídia radical ter o poder de acender as chamas de revoluções, se enquadra nos acontecimentos de 2013, quando se passou a disseminar conteúdos radicais que se desenvolveram e, a partir disso, os membros dessas teias comunicacionais convocaram manifestações. Todos os protestos e atos analisados nesta pesquisa foram resultados de ações que começaram na internet. A web se tornou uma ferramenta para as audiências ativas, os envolvidos expunham argumentos críticos à realidade empírica na qual estavam inseridos, tanto em 2013 quanto em 2016.

A internet passa, então, a se infiltrar no conceito de esfera pública, pois foi nela que aconteceram os debates que culminaram na organização de protestos. O cientista político, Sérgio Amadeu aborda o termo “esfera pública interconectada”. Para ele, a rede é o espaço em que acontecem conversações sobre vários assuntos, incluindo política e, assim, ela se configura como uma esfera pública interconectada. Em 2013, o debate feito em rede social tomou as ruas (AMADEU, 2013).

Anteriormente ao método de impressão da rotativa, impressões eram muito baratas e devido a isso existiam muitos jornais operários, o autor cita como exemplo o século XIX. Porém, o advento da impressora rotativa gerou custos que inviabilizou a maior parte da imprensa operária. Atualmente, o computador pessoal se tornou mais acessível e a internet tornou-se uma grande porta para a mídia alternativa radical. Porém, ainda há formas de realizar comunicações radicais que não envolvem tecnologia, como o grafite, camisetas, canções, teatro de rua e arte performática. Para o autor, a comunicação de baixo custo é crucial para a

cultura e para o processo democrático, para que o público não seja excluído da comunicação (DOWNING, 2002).

No livro *A Opção Radical pela Cidade*, Josgrilberg se baseia nas teorias de Milton Santos e ressalta que uma mudança gerada pela internet refere-se ao fato de as redes terem intensificado a aproximação das pessoas, aumentando a percepção das ambiguidades e dos paradoxos da vida social, o que, segundo Santos, pode gerar novas possibilidades e imaginações políticas alternativas ao capital. A aproximação e o vislumbamento de diferenças pode levar à percepção das diferenças, ao questionamento da realidade e aumentar as chances de formar agentes transformadores da realidade. O autor também afirma que, na esfera pública interconectada das redes, existe a liberação de assuntos antes silenciados (JOSGRILBERG, 2010). “O cotidiano de cada um se enriquece pela experiência própria e pela do vizinho, tanto pelas realizações atuais quanto pelas perspectivas de futuro” (SANTOS, p.173, 2004).

O conceito de esfera pública interconectada já estava sendo pensado por Downing em 2001, porém o autor não utilizava essa nomenclatura. Esse termo foi criado em 2006 por Yochai Benkler, no livro *A Riqueza das Redes: Como a Produção Social Transforma os Mercados e a Liberdade* publicado pela editora da Universidade de Yale, nos Estados Unidos. Downing mostra pontos positivos em relação ao advento da internet. Ele ressalta que a web representa uma nova era para as mídias alternativas devido ao fato de ser uma infraestrutura interconectada que possibilita múltiplas formas de comunicação. Fornecendo base para a convergência das tecnologias de mídia, permitindo que diversos agentes sociais distribuam conhecimento para todos lugares do planeta de maneira inédita (DOWNING, 2002).

“A internet pode vir a ser a primeira esfera pública global, um meio pelo qual a política pode tornar-se realmente participativa, tanto em âmbito regional quanto internacional. E é o primeiro veículo que oferece, aos indivíduos e coletivos independentes de todo o mundo, a chance de comunicarem-se, com suas próprias vozes, com uma audiência internacional de milhões de pessoas. Portanto, as possibilidades técnicas da internet como esfera pública são ilimitadas” (DOWNING, p. 270, 2002).

O autor também ressalta que a internet incrementa, de maneira paralela, as mídias radicais. Dessa forma, não substitui ou exclui as outras formas de mídia radical, como a arte

subversiva, os programas de rádio, música e televisão alternativa. Um exemplo disso é o vídeo musical¹⁶ feito por estudantes secundaristas em 2016, que foi veiculado pela internet, de forma que a web foi utilizada de forma paralela e representou uma forma de mídia radical: o gênero de paródia musical criada pelos alunos. Downing também ressalta as facilidades que a era digital trouxe para os movimentos sociais, como a maior rapidez no intercâmbio de informações e a possibilidade de se analisar os conteúdos de mídia de forma rápida e coletiva. Também é destacada a possibilidade da criação de reservatórios de informações acessivas, devido à facilidade de se arquivar informações. Como a própria página do **Movimento Estudantil Secundarista de Bauru**¹⁷, qualquer usuário do **Facebook** pode visualizar as postagens realizadas pelos estudantes durante o período de ocupações e manifestações na cidade. Assim, as informações sobre a cobertura midiática radical feita pelos estudantes está disponível para análise de forma gratuita e é fácil o acesso. Outro facilitador é o fato de a audiência ter maior liberdade sobre a produção dos conteúdos na internet. Os agentes podem gerar conteúdos e interagir com os conteúdos online. Todos os dias, na web, são publicados depoimentos, reportagens jornalísticas de freelancers sem censura e relatórios de organizações de direitos humanos. Há também debates em fóruns de discussão e conversas coletivas internas de grupos radicais (DOWNING, 2002).

Por muito tempo, a comunicação de massa se manteve sob o controle de grupos empresariais. Com isso os indivíduos que têm desejo de difundir conteúdos de mídia alternativa estão sempre buscando outros caminhos, não os de mídia convencional, para divulgar as informações que consideram pertinentes. “...a rápida expansão das redes de computadores com a finalidade de comunicação alternativa pode ser vista, em parte, como a resposta a esses esforços” (DOWNING, p. 272, 2002).

Apesar de se manter, a maior parte do tempo, positivo ao falar da relação entre a mídia radical e a internet, o autor faz ressalvas. Ele afirma que é preciso ter cautela, porque apesar de ter um potencial democrático, a internet também está sob risco de mecanismos de controle, censura e

¹⁶ Disponível em:

<https://www.facebook.com/Movimentoestudantilsecundaristadebauru/videos/1097174680403659/> acesso do dia 02/04/2016 às 23:21

¹⁷ Disponível em:

https://www.facebook.com/Movimentoestudantilsecundaristadebauru/?eid=ARDjWAKzqxNTJZTuDI9-zlhgXZz9TnzBLISnPM1yWJnvozxBtWNAXSuQX_aANOGwqMz1aThAgdbfgLZ acesso do dia 02/04/2016 às 23:24

outras formas de interdição. Downing aponta outra crítica que já havia sido alertada, segundo ele, por críticos da época, de que as informações fornecidas pela internet não são confiáveis. Afirma-se que seriam conteúdos transitórios e tendenciosos, porém Downing se coloca de forma assertiva em relação a essas críticas e afirma que essa teoria subentende que o público não tem capacidade de diferenciar os conteúdos tendenciosos dos não tendenciosos. “... supõe que eles não exercem o juízo crítico da credibilidade às fontes ou avaliar as situações de diferentes pontos de vista” (DOWNING, p. 274, 2002). Porém, deve-se ressaltar que o livro “*Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimento sociais*” foi escrito em 2002, antes do **Facebook** se consolidar como rede social (em 2012, o site declarou ter 1 bilhão de usuários¹⁸). Atualmente, essa rede é utilizada por muitos internautas do mundo inteiro e há estudos em que se analisa sobre a sua influência na eleição do candidato Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016¹⁹ e na de Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018²⁰, que se consolidaram exatamente pela divulgação de notícias falsas, em vários sites, redes sociais e aplicativos da web e no **Facebook**, que é um exponencial para a divulgação de notícias falsas. Downing, em 2002, ao demonstrar sua expectativa de que o público poderia exercer uma visão crítica da credibilidade das fontes, talvez tenha subestimado o poder de persuasão das pessoas que criam as notícias falsas, pois os agentes criadores de notícias falsas, muitas vezes, dominam a técnica redacional jornalística e com os avanços da tecnologia são capazes de criar vídeos, vozes e imagens falsas.

Concordando com as ideias de Downing, que vê a internet como uma esfera pública, o autor Bustamante a enxerga como uma plataforma em que poderiam se desenvolver conceitos que gerariam impacto na cidadania e na democracia participativa. O autor expõe o conceito de hipercidadania, que seria uma participação política aprofundada, porém o autor salienta que essa atividade poderia ocorrer no âmbito tecnológico, sendo uma espécie de cidadania digital. Ele define como necessário, nesse processo para alcançar a hipercidadania, o uso consciente

¹⁸ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2012/10/1163808-facebook-mostra-o-raio-x-de-1-bilhao-de-usuarios.shtml>
acesso do dia 03/04/2019 às 20:00

¹⁹ Disponível

em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/01/14/Qual-o-impacto-das-fake-news-sobre-o-eleitor-dos-EUA-segundo-este-estudo> acesso do dia 03/04/2019 às 20:03

²⁰ Pesquisa realizada pela FESPSP disponível

em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf> acesso do dia 03/04/2019 às 20:10

das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) aliadas a ações que visem à democracia participativa. Para alcançar o patamar da hipercidadania digital seriam necessárias políticas de inclusão digital, não se atendo meramente à compra de produtos e ferramentas de informática, mas também possibilitando o acesso ao conhecimento necessário para a utilização dessas tecnologias e, assim, para a prática da democracia participativa. Entretanto, o autor disserta sobre certas atitudes que dependem do governo, como o desenvolvimento criativo de serviços de governo que possibilite a visualização e a participação das audiências na gestão dos processos públicos. Também se mostra relevante a utilização de software livre disponibilizando informação de livre acesso (BUSTAMANTE, 2010).

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo também aposta na utilização das redes digitais para incrementar a democracia participativa. Ele evidencia que seria democrática a criação de fóruns digitais que estimulasse debates nos quais as pessoas pudessem opinar livremente, sem preconceitos, assim como o postulado por Habermas, consolidando então a reconstituição da esfera pública (BELLUZZO, 2013).

O recorte temporal da pesquisa demonstra o poder de atuação da mídia radical como uma esfera pública interconectada, porque, em ambos momentos, 2013 e 2016, foram geradas conversas públicas, debates públicos na internet que resultaram em ações que influenciaram e fomentaram a democracia participativa. A população se manifestou em diversos locais, realizou assembleias e ocupações que demandavam mudanças políticas, mostrou que não estava satisfeita com a democracia meramente representativa.

“...as pessoas passaram a ver efetivamente que a rede permite que uma conversação desça para o plano na rua. Isso é uma herança muito importante. Aqueles que desconfiavam da chamada esfera pública interconectada... essas pessoas esqueceram que a rede é o lugar onde acontecem as conversações sobre vários assuntos, inclusive sobre política (AMADEU, 2013).

Bustamante e Belluzzo expõem ideias sobre como poderiam ser criadas, na internet, ferramentas que auxiliariam no desenvolvimento da democracia participativa por meio de mecanismos de conversa pública e debates, que constituem a esfera pública interconectada. Porém, há mais obstáculos para a ascensão da democracia participativa. Josgrilberg disserta sobre os entraves da participação política cidadã: “Meios de comunicação não fazem milagre; a educação, talvez. No caso do Brasil, uma reforma política também viria a calhar, no entanto,

há poucos políticos com coragem suficiente para tocá-la adiante” (JOSGRILBERG, p. 167, 2010). Além disso, há os obstáculos para o acesso da população aos equipamentos (BUSTAMONTE, 2010).

Macpherson também disserta sobre a participação do público na democracia. Ele ressalta a necessidade de se entender o processo de poder em uma democracia. O autor cria um conceito chamado “poder de desenvolvimento”, que aborda as oportunidades que são dadas ao público para usar e desenvolver suas capacidades. O poder de desenvolvimento são as possibilidades, as capacidades de realizações do ser humano ligadas à vida social cooperativa. Essas habilidades são deixadas de lado, no mundo atual, por razões econômicas e políticas. O autor salienta, portanto, que o público é muito mais capaz de criar possibilidades, arranjos sociais cooperativos, do que a hegemonia admite. As aptidões do público são impedidas, o poder de desenvolvimento é barrado devido às mazelas as quais a população é constantemente exposta como o analfabetismo, a falta de acesso aos meios de produção, falta de moradia, subnutrição e falta de segurança. Além disso existe a falta de tempo dos trabalhadores no âmbito de um sistema capitalista. “Se Macpherson está certo, a democracia, em sua melhor expressão, acarreta um cenário cultural, político e econômico em que o poder de se desenvolver floresce” (DOWNING, p.80, 2002). A esfera pública, segundo Downing, serve como agente do poder de desenvolvimento, é essencial para a democracia. Sendo assim, a mídia radical é essencial para a evolução do poder de desenvolvimento, porém, para que uma sociedade seja democrática e os cidadãos tenham condição de florescer suas capacidades de criação de novas possibilidades alternativas, a mídia radical não pode estar sozinha. Assim, é necessário um combate às mazelas sociais expostas por Macpherson.

Portanto, a comunicação radical, por si só, não irá resolver os problemas políticos, econômicos e as desigualdades sociais. Entretanto “...os fluxos comunicacionais livres e universais devem fazer parte de qualquer tentativa de reorganização social, pois são essenciais para a percepção das injustiças, o desenvolvimento do espírito crítico e a busca por soluções coletivas” (JOSGRILBER, p.177, 2010).

2.4 O contexto histórico da mídia radical no Brasil

Como observa Downing, as formas de mídia radicais podem ser muito diversas. A característica que as une é seu conteúdo contra-hegemônico. Portanto, como visto, teatros de rua, músicas, paródias e ilustrações podem ser peças de transmissão de conteúdo radical. Devido a esse caráter dinâmico, é difícil estabelecer um contexto histórico preciso para o surgimento mídia radical, exatamente por ela aceitar diversos formatos e, algumas vezes, ser efêmera e pontual. Entretanto, um momento histórico brasileiro que fomentou a criação de muitas formas de mídia radicais foi a Ditadura Militar. Essas formas radicais envolveram também formatos usados pelos meios de comunicação tradicionais, como o rádio, o vídeo e o impresso.

O livro *Ditadura Escancarada* de Elio Gaspari serviu de aporte para a consolidação do contexto histórico do período da ditadura no Brasil (1964-1985). O autor afirma que o argumento utilizado pelos militares para a tomada do poder, era a necessidade de impedir um mal maior que iria acontecer no Brasil. Essa suposição, de que algo ruim poderia acontecer, estava vinculada à ideia de uma revolução comunista tomar o poder e essa era dada como a versão oficial do motivo da intervenção militar. Gaspari, então, argumenta que foi dada uma dimensão maior, por parte do militares, do que realmente estava acontecendo na prática. O autor usa uma comparação de que no segundo semestre de 1970, nos Estados Unidos, explodiram 140 bombas em ataques. Na Irlanda, em 1971, foram mais de mil explosões. Esses números são maiores do que os atos, por vezes agressivos e que utilizaram bombas, de grupos que queriam modificar a forma de governo no Brasil. “Em nenhum dos dois países a tortura foi transformada em política de Estado” (GASPARI, p. 16, 2002).

Ernesto Geisel, num depoimento aos historiadores Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, desenvolveu esse raciocínio justificativo: “Era essencial reprimir. Não posso discutir o método de repressão, se foi adequado, se foi o melhor que se podia adotar. O fato é que a subversão acabou”. Esse raciocínio ampara-se na exacerbação da ameaça. Tratando-a como algo excepcional, justifica a excepcionalidade da reação. Oficiais do DOI do Rio atendiam ao telefone em nome da “Funerária Boa Morte”, e nele um torturador disse a uma jovem, durante uma Sexta-Feira Santa, que sofreria como Jesus Cristo. Em São Paulo, o agente Campão (cáften da boca-do-lixo) informava: “Meu nome é Lúcifer”. Um torturador disse no Ceará: “Aqui não é o

exército, nem marinha, nem aeronáutica. Aqui é o inferno”. Na PE da Vila Militar, um sargento mostrava a cancela do quartel e dizia: “Dali pra dentro Deus não entra. Se entrar, a gente dependura no pau-de-arara”. (GASPARI, p. 40. , 2002).

O caráter repressivo do regime não afetava somente aqueles que ofereciam perigo, mas também aqueles que criticavam ou tinham opinião divergente da ditadura. Todos os cidadãos eram obrigados a concordar com as atitudes do regime, não podiam comunicar críticas de nenhuma forma. Assim, o governo passou a intervir na liberdade de imprensa no Brasil. Os militares que eram encarregados da tarefa de censurar a imprensa, usavam manuais com regras sobre como regular a mídia. “O manual carioca, assinado pelo general César Montagna de Souza... informava que o objetivo da censura era obter da imprensa falada, escrita e televisada o total respeito à Revolução de Março de 1964” (GASPARI, p. 216, 2002).

Vinte horas após a assinatura do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, o **Estado de S. Paulo** foi o primeiro órgão a sofrer retaliações dos militares. Um general havia lido o artigo de Júlio de Mesquita Filho, “*Instituições em frangalhos*”, e mandou parar a rotativa (GASPARI, 2002). Mesquita Filho era crítico de João Goulart, mas isso não o impediu de criticar Costa e Silva, o que resultou na apreensão do jornal naquele dia, segundo a equipe do **Estadão**²¹.

Kucinski afirma que, com o desenvolvimento da censura, alguns jornais da mídia convencional tomaram posturas diversas. Alguns optaram pelo silêncio, outros praticavam autocensura para evitar problemas com os ditadores e outros se submeteram e colaboraram com o regime militar. Kucinski chama a mídia que colaborou com o regime de “jornalismo complacente”. Ele afirma que o governo nunca precisou de órgão para divulgar conteúdos propagandistas, porque a parte da mídia já criava raciocínios estratégicos para respaldar os militares. O autor dá como exemplo o **Jornal da Tarde** e a **Veja**, ambos idealizados por Mino Carta, assim como a **Globo**, do grupo Roberto Marinho, que tinham como temática uma visão positiva do milagre econômico e comunicavam valores da classe média. Outra atitude tomada foi a alimentação do público de classe média com conteúdos sobre lazer, deixando o jornalismo crítico como secundário (KUCINSKI, 2001).

²¹ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/instituicoes-em-frangalhos.1146321> acesso do dia 07/04/2019

Kucinski afirma que o único periódico da mídia tradicional que não se submeteu ao desejo dos militares foi a **Tribuna da Imprensa**, sob direção de Hélio Fernandes que enfrentou dez anos de censura rigorosa, sem negociar com os censores (KUCINSKI, 2001).

Frequentemente, os jornais resvalavam para o colaboracionismo veiculando notícias plantadas pela polícia sobre *fugas* ou *atropelamentos* de presos políticos, indiscriminadamente chamados de *terroristas*. tornavam-se, assim, cúmplices do processo de liquidação desses presos. os cartazes “procuram-se estes terroristas” eram impressos nas oficinas da Empresa jornalística Folha da Manhã. Quando as denúncias de torturas ecoavam na imprensa internacional, jornais brasileiros importantes, como o Globo, o Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, escreviam editoriais negando as acusações e atribuindo-as a uma intenção de difamar o regime (KUCINSKI, p.46, 2001).

Porém, alguns jornalistas que não concordavam com as posturas dos jornais em que trabalhavam, emigravam ou trabalhavam, de forma paralela, em algum projeto de mídia radical, nos quais podiam ter voz, exceto quando censurados pelo Estado. Assim, pelo menos, não eram obrigados a colaborar com um projeto de governo em que não acreditavam. Uma dessas publicações foi o jornal radical **Opinião**, criado por um grupo egresso da **Veja**, liderado pelo jornalista Raimundo Pereira. O jornal **Bondinho**, que depois se tornou o **EX**, era composto por egressos da revista **Realidade**. O **Politika** foi lançado por repórteres veteranos em cobertura política que estavam cerceados nos jornais em que trabalhavam. Eram nomes como: Oliveira Bastos, Sebastião Nery, Jorge França e Adirson de Barros. Eles tiveram o apoio do **Tribuna da Imprensa**, cujas rotativas eram utilizadas para a impressão do **Politika**. Esse jornal tinha um caráter mais ligado ao populismo nacionalista e desenvolvimentista, apoiava políticos como Juscelino Kubitschek, Getúlio Vargas e João Goulart. Em 1973, militares fizeram um dossiê acusando o grupo de ser uma plataforma de conteúdos de grupos comunistas e assim pressionaram o veículo com censura prévia. O **Politika** terminou encarregado de dívidas (KUCINSKI, 2001).

Kucinski afirma que o grande crescimento dos jornais alternativos de caráter radical se deu como uma resposta a acontecimentos, como a morte de Carlos Lamarca em 1971, como a derrota da Guerrilha do Araguaia, em 1972, e a derrubada da Unidade Popular de Allende, no Chile, em 1973. Começava um período de exílio de jornalistas e intelectuais. Todos esses fatores impulsionaram a criação dos primeiros grandes jornais alternativos brasileiros (KUCINSKI, 2001).

O autor, então, disponibiliza uma tabela com os principais jornais alternativos que alimentaram a esfera pública contra-hegemônica de 1975 a 1976, assim como suas respectivos números de exemplares:

**Jornais alternativos de circulação nacional
entre o fim de 1975 e início de 1976 (números estimados)**

Jornal	Número de exemplares
O PASQUIM, Rio de Janeiro	50 mil exemplares
CRÍTICA, Rio de Janeiro	15 mil exemplares
EX, São Paulo	20 mil exemplares
OPINIÃO, Rio de Janeiro	10 mil exemplares
MOVIMENTO, São Paulo	13 mil exemplares
BRASIL MULHER, Londrina, São Paulo	10 mil exemplares
VERSUS, São Paulo	20 mil exemplares
COOJORNAL, Porto Alegre	35 mil exemplares
(KUCINSKI, p.78, 2001).	

O autor afirma que os cinco jornais mais influentes do período eram “ **O Pasquim** (1969), **Bondinho** (1970), **Politika** (1971), **Opinião** (1972) e o **Ex** (1973)” (KUCINSKI, p.47, 2001). Uma vez que os principais órgãos de comunicação estavam na mão da ditadura, esses jornais mencionados surgiram com o intuito de realizar um contraponto (GASPARI, p.223, 2002).

Os dois semanários impressos em papel de jornal que mais se destacavam, O Pasquim e Opinião (lançado no final de 1972), vendiam em torno de 100 mil exemplares, quase todos nas bancas. Era uma circulação superior às das revistas Veja e Manchete somadas... Deram ao debate cultural uma inédita característica renovadora. O príncipe e precursor desse fenômeno fora O Pasquim. Lançado em junho de 1969 com uma tiragem de 28 mil exemplares, chegara a 250 mil em seis meses. Glorificação da ironia, intitulara-se “um jornal de oposição ao governo grego”, “corajoso como um rato”: “Na terra de cego, quem lê O Pasquim é rei... Sobreviveu a boicotes econômicos, censura, duas bombas e à prisão de toda a sua redação. Fazia medo por engraçado. Fez-se vanguarda, quando era apenas plural (GASPARI, p.223, 2002).

Houve também uma maior variedade de temáticas, como as vertentes feministas, representadas pelo grupo **Brasil Mulher**. Essa especialização até então, era novidade para a

mídia brasileira. Outros padrões foram sendo explorados, como diagramações e escritas diferentes das convencionais. Um exemplo de diagramação que fugia dos padrões da imprensa podia ser encontrado no jornal **Flor do Mal**, que tirava quarenta mil exemplares. Esse impresso buscava a liberdade extrema e era editado por Luiz Carlos Maciel, o jornal era escrito a mão, buscando espontaneidade e dava ao jornal um perceptível traço surrealista. O **Flor do Mal** inspirou a criação do **Presença**, editado por jovens que se consideravam mais artesãos do que jornalistas. Outro elemento da mídia radical foi o tablóide o **Beijo**, em desafio à postura dominante das esquerdas em relação às artes e principalmente em relação ao sexo. Era um jornal dedicado ao comportamento, à sociologia e à cultura, que tratava de temas como a repressão sexual (KUCINSKI, 2001).

O **Pasquim**, além de ser vanguardista na questão do humor, também se mostrou inovador na elaboração dos textos, nas quebras do padrão jornalístico, e também foi revolucionário ao apresentar conteúdos que destoavam dos valores de comportamento admitidos pela classe hegemônica. Tratou sobre a liberdade sexual das mulheres, ao exemplo da entrevista realizada por Leila Diniz²², e também abordou questões sobre a utilização de drogas. Segundo Gaspari, “revolucionou a técnica da redação jornalística. Depois dele, vereador nunca mais foi “edil”, e entrevistado deixou de “tecer considerações”(GASPARI, p. 224, 2002).

Outro jornal que quebrou padrões gráficos e ofereceu conteúdo contra-hegemônico foi o **Versus**, de 1975, um de seus colaboradores foi Caco Barcellos. Seus colaboradores desejaram fornecer conteúdos ligados à América Latina. “**Versus** difere esteticamente de tudo o que já havia sido feito antes na imprensa alternativa. Com a capa em couchê e em cores, sempre forte e atraente, **Versus** era também um objeto artístico” (KUCINSKI, p.52, 2001).

Os jornais radicais que atuaram durante o período eram contra-hegemônicos em conteúdo e forma, também por isso os jornalistas sofreram pressões, prisões, boicotes financeiros, invasões nas redações e até atentados a bombas. Segundo Kucinski, houve explosões em bancas e em sedes de jornais alternativos. Os atentados ocorreram entre 1977 e 1980, eram tentativas de silenciar a mídia radical durante um período delicado de tentativa de abertura política. “Os jornais alternativos se constituíram não em meros símbolos de resistência da

²² Disponível em: <http://www.omartelo.com/omartelo23/musas.html> acesso do dia 08/04/2019.

sociedade civil ao autoritarismo, ou expressão de um movimento ou uma articulação de resistência: eles eram a própria resistência” (KUCINSKI, p.52, 2001). Muitas formas de resistência eram utilizadas pelos jornalistas. Em relação ao conteúdo, por exemplo, o **Opinião** trabalhava pesado, produzindo o dobro de textos e desenhos, na tentativa de vencer a censura pelo cansaço. Dessa forma, mesmo com cortes eles teriam material suficiente para uma edição razoável, e além do esforço dobrado, esses jornalistas recebiam salários baixos, que outros profissionais da área não aceitariam (KUCINSKI, 2001).

Em 1975, houve um dos atentados mais marcantes para os jornalistas, o assassinato de Vladimir Herzog, que foi torturado e morto pelos militares. O autor afirma que os protestos começaram tímidos e amedrontados, porém houve uma explosão dessas manifestações e Herzog virou um mártir. Os protestos envolveram pessoas de centro e de direita, somaram-se a pressões por direitos humanos e reivindicações pelos desaparecidos. A elite e os intelectuais também reivindicaram seu direito de expressão. Nesse período, a ditadura passou a indispor-se ainda mais a grande imprensa. “No final desse período de lutas intestinas, estavam afastados alguns dos principais quadros dirigentes da grande imprensa: Alberto Dines, do **Jornal do Brasil**, Mino Carta, da **Veja**, e Cláudio Abramo, da **Folha de S. Paulo**. É a crise generalizada de relações no interior da grande imprensa (KUCINSKI, 2001).

2.5 Contexto e atualidade do Jornalismo corporativo

A prática do Jornalismo sofreu mutações econômicas, legislativas, tecnológicas e deontológicas. A redação representa uma figura solidificada do jornalismo que concentrava seu universo conceitual e técnico. Nas redações era possível captar, editar e difundir conteúdos. O espaço físico da elaboração e, também, espaço de racionalização metódica, onde se encontrava a possibilidade do debate e da crítica. Atualmente, com as novas tecnologias, as redações se tornaram espaços híbridos: são analógicas e digitais ao mesmo tempo (XAVIER, 2014).

As redações híbridas são uma forma de se adaptar às novas tecnologias. Desde o início da profissão do jornalista, esses profissionais tiveram que se adaptar a diversas mudanças referentes a cada contexto histórico e econômico. Para Marcondes Filho (2002), a prática do

jornalismo passou por três fases até atingir seu estágio atual. Na primeira fase, emergiram as redações, o jornalismo foi se profissionalizando e assumindo o caráter de formador político e pedagógico, capaz de instruir e formar opiniões. Ele preenchia as lacunas informativas causadas pela censura monárquica do século XVIII. Nessa fase, o estilo, estrutura narrativa e códigos tinham perfis literários, partidários e políticos.

A segunda fase teria início na metade do século XIX, pois o jornalismo se torna um modelo de negócio: uma empresa, que para acompanhar as mudanças históricas e tecnológicas ao seu redor, teria que gerar lucro a fim de se auto sustentar. Com isso, se dá início à uma dicotomia jornalística, o jornal tem que ceder espaço para a publicidade. Tinha-se, então, a divisão entre a igreja (redação) e o estado (publicidade).²³

Em sua terceira fase, deparou-se com o monopólio econômico. O contexto histórico mundial é outro, duas grandes guerras, o novo colonialismo, as novas visões territoriais e os governos totalitários acabam intimidando a produção informativa, como foi visto anteriormente no período da ditadura militar brasileira. A informação e a publicidade passam a disputar espaço e, atualmente, percebe-se um cenário no qual a característica monopolista dos meios de comunicação convive com a emergência da nova ecologia digital (MARCONDES FILHO, 2002).

A publicidade e o monopólio, assim como o raciocínio vertical das “tábulas rasas”, contribuem para a falta de participação do público em seus respectivos meios e também para a ausência de democracia e liberdade informacional. A publicidade faz com que determinados assuntos sejam retirados das páginas dos jornais, devido ao fato de que os jornais não podem assumir posições que contradigam seus patrocinadores. O monopólio midiático assume uma posição pela qual os órgãos de imprensa só transmitem informações que são consoantes com os valores da empresa proprietária. Assim, passam a ser divulgados angulações e pontos de vista similares na mídia, sem divergências de conteúdo e poucas divergências opinativas.

²³ A revista Time utilizava uma técnica organizacional que separava o lado comercial (Estado) do lado editorial (Igreja) dentro de sua administração.

Segundo Rossi (1980), houve uma época em que as redações estimulavam a criatividade, a inovação e as transformações, características que serviram de base para os princípios e valores do jornalismo ocidental. Porém, na atual fase do monopólio e da propriedade cruzadas dos veículos de imprensa, a redação como era antes não existe mais. As redações se tornaram homogêneas, padronizando a leitura da realidade, os jornais, em sua maioria, não se contradizem, não há espaço para a reflexão e para a crítica da atividade profissional. Tudo isso leva à dimensão unidimensional do relato jornalístico. As pautas são focadas no universo cultural de um grupo de pessoas e deixam de abordar aspectos fundamentais da realidade e cultura de uma parte da população (CLÓVIS, 1980).

A tecnologia digital e convergente trouxe mudanças para o cenário das redações e suas formas de organização. Essa se desterritorializou-se, gerando células jornalísticas espalhadas pelo território. As transformações geradas pelas novas tecnologias geraram uma reconfiguração organizacional da produção de informação. As estruturas como planejamento, captação, edição e difusão foram fragmentadas, fazendo com que a disposição jornalística fosse reinventada (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2012).

Esse processo de desterritorialização das redações e de nova organização do jornalismo se mundializou. Os momentos se tornaram convergentes, a velocidade de disseminação das mensagens contribuiu para a tomada de conhecimento sobre os acontecimentos mundiais, o tempo real e virtual começaram a dialogar amplamente, fazendo com que a história se tornasse um motor único. A emergência da ecologia digital possibilita a criação de plataformas tecnológicas que esquadrinham os acontecimentos do planeta, gerando um dado essencial à produção do sistema histórico atual. Todos esses fatores contribuem para a ênfase do processo de globalização (SANTOS, 2001).

A expansão do capitalismo pelo mundo é noticiada pelos meios de comunicação como benigna, enfatiza-se que a realidade é ampla e pode-se explorá-la através do consumo oferecido pelas empresas. Porém, a realidade, para Santos, não é assim de fato. A visão de que a globalização é um fator positivo para os indivíduos, é produto de uma interpretação fantasiosa, ou seja, uma fábula. O mundo real inclui perversidades, pois enquanto a cultura do consumo é apresentada como ideal, as mazelas sociais aumentam, como o desemprego, a

fome, a mortalidade infantil e a exclusão social. Esses fatores existem sob um Estado fraco que os nega.

Como visto, na mídia corporativa, alguns fatores influenciam a escolha e o desenvolvimento de determinados tipos de pauta, como a forma como os assuntos serão publicados para os espectadores. Esses fatores dependem, em maior ou menor escala, do contexto empírico, relacionado ao fato do jornalismo ter se tornado um modelo de negócio que depende do lucro, da publicidade, do patrocínio e, conseqüentemente, se torna mais vulnerável à empresas ligadas à sua lucratividade. Outro fator é o grau de influência de governos em relação aos temas da mídia corporativa, que esteve muito presente no período da ditadura no Brasil. Porém, os atritos entre o governo e a liberdade de imprensa não são exclusivos do passado. Em outubro de 2018 um jornalista se demitiu ao vivo e afirmou que a causa de sua demissão foi estar sendo censurado. Ele não podia fazer as perguntas que desejava ao presidente Jair Bolsonaro²⁴. Esse mesmo presidente também fez ameaças de corte de verbas de propaganda oficial de veículos jornalísticos²⁵. A política e o rápido avanço das tecnologias têm sido modificantes e influenciadores do comportamento da imprensa corporativa. Outra questão influenciadora que se observa pela pesquisa bibliográfica refere-se às propriedades cruzadas, quando o mesmo grupo corporativa é dono de mais de um tipo de veículo de mídia, o que torna as redações homogêneas e o pensamento único, sem abrangência e sem um debate construtivo.

Há pesquisadores que afirmam que os conteúdos fornecidos pela mídia hegemônica não representam a realidade do país, como Perseu Abramo. Para ele, parte dos conteúdos da imprensa não refletem a realidade (ABRAMO, 2003).

Como o público é fragmentado no leitor ou no telespectador individual, ele só percebe a contradição quando se trata da infinitesimal parcela de realidade da qual ele é protagonista, testemunha ou agente direto, e que, portanto, conhece. A imensa parte da realidade ele a capta por meio da imagem artificial e irreal da realidade criada pela imprensa; essa é, justamente, a parte da realidade que ele não percebe diretamente, mas aprende por conhecimento (ABRAMO, p. 37, 2003).

²⁴Disponível em: <https://istoe.com.br/jornalista-se-demite-ao-vivo-apos-entrevista-de-bolsonaro/> acesso do dia 11/04/2019 às 20:09

²⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-volta-fazer-ameacas-veiculos-de-imprensa-23197677> acesso do dia 11/04/2019

Portanto, o público da mídia tradicional tem acesso à realidade experimentada por ele e o restante da realidade lhe é informado pelos órgãos de imprensa. Abramo defende que a mídia corporativa não notifica, não dá a devida importância ou pode até informar de forma tendenciosa os conteúdos referentes às camadas mais excluídas da sociedade. Dessa forma, o leitor de classe média não tem acesso a informações verídicas e embasadas sobre a realidade das camadas mais pobres, o que pode gerar preconceitos e estereótipos. Segundo o autor, os leitores desenvolvem imagens sobre o mundo que não são reais. “A maior parte dos indivíduos, portanto, move-se num mundo que não existe, e que foi artificialmente criado para ele justamente a fim de que ele se mova nesse mundo irreal” (ABRAMO, p.37, 2003). Entretanto, Abramo ressalta que não é todo o material divulgado pela imprensa que é distorcido ou manipulador. Pois, se assim fosse, seria fácil a identificação de manipulações tendenciosas e o fenômeno seria autodesmistificador e autodestruidor (ABRAMO, 2003).

Abramo, então, elabora um estudo sobre os quatro padrões de manipulação da imprensa observados por ele. O primeiro é o padrão da ocultação, que se refere à escolha das informações que aparecerão no veículo e das que não aparecerão. São os momentos em que a mídia se omite e deixa narrar um fato e o deixa de fora de suas pautas. Esse padrão ocorre em momentos anteriores, durante o planejamento das pautas. O autor afirma que a escolha do que será divulgado como fato jornalístico depende das características do órgão de imprensa que está veiculando o conteúdo, “da sua visão de mundo, da sua linha editorial, do seu “projeto”, enfim, como se diz hoje” (ABRAMO, p.41, 2003).

O segundo padrão é o da fragmentação. O autor declara que a informação real é despedaçada em fragmentos e depois ela é remontada de uma forma que não é compatível com a realidade. Os fragmentos são reconectados em ordem que é decidida pelo veículo midiático e podem atender interesses tendenciosos do órgão de imprensa. Esse padrão também se operacionaliza no “momento” do planejamento da pauta, mas, principalmente no da busca da informação, na elaboração do texto, das imagens e sons, e no de sua apresentação (ABRAMO, 2003).

O terceiro padrão ocorre paralelamente ao segundo. É a “inversão”, quando o fato foi fragmentado e isolou-se as particularidades do fato. Assim, descontextualizando o conteúdo, se dá a inversão. Nessa etapa reordenam-se as partes e dessa forma pode-se trocar a ordem de

importância dos acontecimentos, ou quaisquer inversões que sejam desejadas. Abramo dá exemplos de inversões, como trocar a versão pelo fato, exaltando declarações e opiniões. Também há a inversão do fato pela versão oficial, indicando a fonte “oficial” ou “mais oficial” como portadora da verdade do fato em si e “não apenas autoridades do Estado ou do governo (ABRAMO, 2003).

O quarto e último padrão é o da “indução”. Essa etapa é o resultado de todos esses processos apresentados, pela qual o leitor é induzido a uma realidade artificial. Para o autor, a população é excluída da possibilidade de ter acesso à informações sobre a realidade. A estratégia por trás dos padrões de manipulação consiste na visão da mídia corporativa: “se o fato não corresponde à minha versão, deve haver algo errado com o fato” (ABRAMO, p.43 2003).

Abramo também discorre sobre a questão da parcialidade, para ele é defensável que o jornalismo não seja imparcial. “O órgão de comunicação não apenas pode mas deve orientar seus leitores/espectadores, a sociedade, na formação da opinião, na tomada de posição e na ação concreta enquanto seres humanos e cidadãos” (ABRAMO, 2003, p.44).

2.6 Protestos de junho 2013 e ocupações de outubro 2016: espaços para coberturas midiáticas

Como defendido por Perseu Abramo, a mídia corporativa, muitas vezes, não veicula pautas relativas às camadas mais excluídas da população, o que gera lacunas informativas. Porém, as novas tecnologias e a possibilidade da utilização de redes sociais para veiculação de informações podem ser utilizadas para divulgação de conteúdos radicais, que não são veiculados pela mídia hegemônica. Raíssa Galvão afirmou em entrevista à esta pesquisadora, que em concordância com os ideais Abramo a **Mídia NINJA** não se diz imparcial e assume a sua parcialidade: está sempre do lado dos movimentos sociais. Por isso, as informações veiculadas pelos ninjas podem preencher lacunas deixadas pela mídia corporativa, uma vez que trabalha-se com a intenção de divulgar conteúdos referentes a esses grupos e têm mais proximidade com eles.

A possibilidade de se veicular informações pela internet dá abertura para as plataformas colaborativas, que favorecem sistemas articulados e convergentes. Durante o ano de 2013, a cobertura dos protestos foi realizada por coletivos de produção de conteúdo, de maioria focada nos acontecimentos políticos e manifestações que ocorriam por todo o Brasil, evidenciando, assim, as possibilidades de articulações colaborativas. A coleta de dados se deu por meio de celulares, tablets, câmeras digitais e notebooks de indivíduos presentes no fato, que capturaram os protestos com diferentes olhares e ângulos, registrando rapidamente os acontecimentos, incluindo os enfrentamentos, as bombas de gás, os tiros de borracha, as argumentações e opiniões sobre aquela realidade fulminante que acontecia simultaneamente. Esses observadores amadores, munidos com aparatos tecnológicos, realizaram um sistema de coleta de dados mais eficiente que o feito pelas próprias redações. Eles conseguiram transmitir as informações sem o filtro das metodologias jornalísticas. Os coletivos demonstraram capacidade e qualidade de produção de conteúdo jornalístico, com uma cobertura multilateral, pluridimensional e diversificada. Essas diversas manifestações de cultura de oposição utilizaram plataformas e as linguagens para disseminar o conteúdo contra-hegemônico que demandavam (XAVIER, 2014).

Esses grupos de comunicação estavam presentes, durante os acontecimentos de 2013, em grande escala nacional (XAVIER, 2014). Assim como em 2016, quando os grupos de estudantes secundaristas e simpatizantes que eram contra a reforma do ensino médio se organizaram em coletivos de comunicação, na maioria das vezes, organizados e divulgados em páginas do **Facebook**, isso ocorreu por todo o território brasileiro. Por essa plataforma de rede social, foi possível a articulação de vários grupos que se comunicavam entre si, debatendo ideias e realizando uma conversa pública que, em muitos momentos alcançou pessoas fora daquele coletivo que interagiam com a página por meio de comentários e compartilhamentos. Ao exemplo do vídeo²⁶ divulgado pela página **Movimento Estudantil Secundarista de Bauru**, essa publicação teve 9 compartilhamentos, 362 visualizações e 22 “curtidas” (forma de interação no **Facebook** que significa que você “aprova, gosta ou considera relevante” a publicação”). As páginas produzidas por eles veiculavam conteúdo

²⁶ Disponível

em: <https://www.facebook.com/Movimentoestudantilsecundaristadebauru/videos/1123501614437632/> acesso do dia 13/04/2019 às 17:17

filmado, fotografado e escrito pelos próprios estudantes e por pessoas que também participaram das ocupações e de acontecimentos ligados ao movimento secundarista. Durante o período selecionado pela pesquisa, a página produzida pelos estudantes disponibilizou informações que a mídia corporativa não divulgou, como será visto adiante.

Em 2013, os manifestantes participaram dos atos, filmaram os acontecimentos ao seu redor e publicaram em páginas de redes sociais, algumas delas fundadas por coletivos midiáticos como a **Mídia NINJA**²⁷. Dessa forma, produziram um arquivo em crescimento que acumulava imagens e autorrepresentações das manifestações. O coletivo também disponibilizou imagens ao vivo das manifestações, as quais eram distribuídas amplamente na internet, a audiência que foi gerada, por meio desses grupos, foi significativa. As publicações do Portal **Mídia NINJA**, por exemplo, alcançaram picos de audiência de 120 mil espectadores, o que é equivalente à marca de 1,2% dos ibopes oficiais (BEKER; MACHADO, 2014). Assim, muitos conteúdos divulgados pelos coletivos radicais, muitas vezes ao vivo e de dentro dos movimentos, não seriam divulgados pela mídia hegemônica que cobre as manifestações de maneira mais distante. Esse viés também foi abordado por Suzana Singer²⁸ em entrevista. Ela é editora de Treinamentos da **Folha de S. Paulo** e já atuou como *ombudsman* do mesmo jornal.

A imprensa alternativa foi muito importante naquela época dos protestos. Nos dois momentos havia uma má vontade, uma agressividade em relação à imprensa. Em 2013 era escancarado, os repórteres da Globo não podiam trabalhar. O de 2016 eu acho que teve tensões também, em menor grau, tinha uma coisa de não deixar a imprensa entrar nas escolas. Então, a mídia alternativa lá foi importante porque eles estavam do lado dos manifestantes, eles mostravam uma outra visão. Eles tinham um lado na história eles não estavam lá como jornalista neutros. Eles estavam acompanhando dos manifestantes e tinham posição privilegiada, faziam longuíssimas transmissões, eu acho que contribuiu bastante (SINGER, 2018).

Como afirmado por Singer, a mídia corporativa não tinha a mesma proximidade com os movimentos sociais e devido a visualização dos conteúdos divulgados pela internet, pelos coletivos radicais, percebe-se interação e proximidade com os acontecimentos e com os agentes dos movimentos sociais. Ainda mais, pois os estudantes em 2016 eram os próprios

²⁷ Acrônimo de Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Foi fundado em 2011 e é considerado o braço audiovisual do coletivo Fora do Eixo (FDE).

²⁸ A entrevista com Suzana Singer foi realizada em janeiro de 2018. Ela é editora de Treinamentos e de Seminários, atuou como ombudsman até 2014. Trabalha na Folha desde 1987.

agentes que organizavam, realizavam os atos e faziam a cobertura midiática dos mesmos. A cobertura feita por esses coletivos possibilitou um fluxo narrativo contínuo, com diversos pontos de vista e múltiplas versões dos acontecimentos. As plataformas convergentes trouxeram para o público os fatos, as narrativas e os pontos contraditórios aproximando, assim, o jornalismo da tão idealizada objetividade. A convergência tecnológica possibilitou a transmissão das informações sobre os acontecimentos por todos os setores sociais e suas mídias, elas concretizaram as manifestações (ABRAMO, 2003).

3. ELABORAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE ANÁLISE COMPARATIVA

A bibliografia consultada nesta pela pesquisa indicou que a mídia radical contribui para o alargamento da esfera pública atual, tanto no âmbito digital, quanto no debate vinculado à realidade empírica dos movimentos sociais. Assim, a mídia radical influenciaria o debate público devido à divulgação e à cobertura dos atos de movimentos sociais e à divulgação de conteúdo radicais. Da mesma forma, a mídia radical interfere no debate que acontece no interior desses grupos de manifestantes. A partir dessa indicação, definiu-se uma pesquisa com objetivo de analisar essa hipótese na prática, pois no Brasil ocorreram ações de movimentos sociais em 2013 e em 2016. Portanto, são recortes temporais que permitiram a análise do comportamento da mídia radical, a sua interação com a esfera pública e os movimentos sociais no contexto brasileiro, com foco voltado para protestos e ocupações em Bauru - São Paulo.

O material selecionado nesta pesquisa consiste nas publicações produzidas pela mídia radical e pela mídia corporativa que totalizam 252 publicações, sendo 72 feitas pela mídia radical e 180 pela mídia corporativa. A seleção da mídia corporativa foi feita a partir da contagem das publicações, em páginas do **Jornal da Cidade de Bauru (JC)**, com informações sobre as movimentações sociais ocorridas em Bauru. Já a seleção da mídia radical foi feita a partir de publicações em páginas no **Facebook**, como **Bauru Acordou**, **Casa Coletivo Fora do Eixo Bauru (FDE)** e **Mídia NINJA**. Entre essas, o **FDE** e a **Mídia NINJA** fazem parte do mesmo coletivo de mídia, independentemente da página que publicaria a informação, são os mesmos agentes que estavam fazendo a cobertura em Bauru. Essas publicações são referentes ao mês de junho de 2013, todas cujos conteúdos fossem relacionados à cobertura das movimentações

sociais ocorridas em Bauru, durante o período. Em outubro de 2016, a seleção foi referente a página, também no **Facebook, Movimento Estudantil Secundarista de Bauru**, cujos conteúdos tivessem relação com a cobertura das movimentações sociais ocorridas no mês. As páginas do **JC**, novamente, foram utilizadas em outubro de 2016.

A seleção desse conteúdo permitiu a observação das características de cada tipo de mídia e possibilitou um maior entendimento dos perfis da mídia radical e da mídia corporativa. Para categorizar seus conteúdos, foram criados documentos, textos e tabelas nos quais foram feitas as descrições de cada publicação de ambas as mídias. Nesses documentos, foram descritas as informações e as características de todas as 252 publicações. Na descrição dos conteúdos da mídia radical foram registrados o nome da página que veiculou o conteúdo, o título da publicação (se houver) e um resumo do texto da publicação. Também foi informado se há imagens ou outros elementos informativos. Além disso, foram anotados se as publicações interagiam com o público de alguma forma, fosse por meio de enquetes, perguntas ou convocações para as manifestações. A descrição das publicações da mídia corporativa incluíram o registro do título, da linha-fina, das fontes ouvidas pelas matérias e foi criado um resumo das informações contidas no texto de cada matéria. Foi anotado se havia imagens e suas respectivas legendas. Também foram analisados e registrados dados sobre a diagramação das matérias, para verificar se na página avaliada a notícia sobre as manifestações era relevante dentro na hierarquia das notícias do jornal. Foi considerada a posição na página e a quantidade de espaço cedido pelo jornal para aquele determinado conteúdo. Os espaços foram calculados em módulos.

A análise da diagramação se baseou nos conceitos de Timothy Samara expostos no capítulo *Desenvolvimento da Hierarquia Informacional* (2011) e também no artigo *Jornais diários impressos e a hierarquia da informação* (2015), dos autores Renon Pena de Sá e Virgínia Tiradentes Souto. Posteriormente, foi lido o livro *O planejamento visual gráfico na comunicação impressa* de Rafael Souza Silva. A leitura dessas três publicações foi fundamental para a consolidação de maior conhecimento sobre diagramação, planejamento editorial gráfico e hierarquização das notícias dentro das páginas de um jornal impresso. Também possibilitou maior entendimento das principais zonas de visualização de uma página, ou seja as zonas em que o leitor deposita mais atenção, que são lidas antes das demais. Isso se

baseia no modo ocidental de leitura: da esquerda para direita e de cima para baixo. Além disso, também foram expostos conceitos como peso, tamanho, profundidade, cores e o uso de imagens, para análise do impacto desses elementos na hierarquização das notícias.

Para categorizar corretamente as zonas visualização e o espaço cedido pelo jornal, foi adotado um método que consiste na utilização de folhas plásticas transparentes, as antigas “transparências” usadas em retroprojetores. Essas folhas foram usadas como base, nelas foram desenhadas as zonas de visualização iguais as que são mostradas pelas imagens do livro de Silva. Para analisar e realizar a contagem dos espaços cedidos pelo jornal foi utilizada a modulação exposta pelo manual da **Folha de S. Paulo**, em que se divide uma página de jornal em seis módulos verticais e seis módulos horizontais. A modulação também foi desenhada em folhas transparentes. A pesquisadora e o orientador denominaram esse método de “máscaras de observação”, os desenhos foram criados a partir das dimensões do tamanho das páginas do jornal como eram vistos na tela do computador da pesquisadora. Assim, era possível analisar diversas publicações de maneira rápida e precisa, utilizando a fôrma de mesma medida em todas as páginas do jornal. O método consistia em abrir a página do jornal através de um leitor de PDF (Formato Portátil de Documento), colocar a máscara de observação e anotar em quais zonas de visualização estavam as notícias referentes aos protestos de 2013 e às ocupações de 2016. Também foi anotado quantos módulos as informações ocupavam nas páginas do jornal, sendo que cada página acomoda 36 módulos. A coleta desse material foi de extrema importância para o entendimento das características e da forma como são utilizadas as plataformas das mídias radicais e corporativas.

3.1 Realização do Trabalho de Campo: entrevistas com os agentes das mídias radicais e empresariais

Além das publicações, o material que compõe a pesquisa também é produto de trabalho de campo. O objetivo era coletar informações que permitissem a estipulação dos perfis de ambas as mídias e o material coletado foi separado e categorizado em três tabelas: pessoas, processos e plataformas. Assim, as características que formam o perfil de ambas as mídias, estavam organizadas nessas tabelas de forma cronológica, o que possibilitou a comparação dos processos, pessoas e plataformas de ambas as mídias e também entre ambos os períodos.

O material coletado durante o trabalho de campo consistiu em entrevistas com os agentes responsáveis pelas duas formas de mídia, também foram realizadas visitas guiadas à redação da **Folha de S. Paulo**, na sede do **Centro de Estudos da Mídia Alternativa “Barão de Itararé”**, ambos na capital de São Paulo, e na sede da **Mídia NINJA** na capital do Rio de Janeiro.





Fotos tiradas pela pesquisadora no Centro de Estudos da Mídia Alternativa “Barão de Itararé”, na sede da Mídia NINJA e na Folha de São Paulo, respectivamente.

Foram entrevistadas pessoas envolvidas na cobertura dos acontecimentos da mídia radical, como Raíssa Galvão, que atua na **Mídia NINJA** desde sua fundação em março de 2013 e atualmente é responsável pela Editoria de Opinião. Ela esteve presente nas coberturas de 2013 e de 2016. Foi entrevistado, virtualmente, Pablo Capilé, criador do **Coletivo Fora do Eixo (FDE)** que, posteriormente, originaria a **Mídia NINJA**. A fundação do **FDE** ocorreu em 2001, na cidade de Cuiabá. Esse coletivo foi concebido por alunos da Universidade Federal do Mato Grosso em união com alunos da Universidade de Cuiabá. Como representante da mídia radical atuante em 2016, foi entrevistada Giovana Sanches, que fazia parte da comissão de alunos que realizou publicações da página do **Movimento Estudantil Secundarista de Bauru**. Pela experiência adquirida como secretária geral e como jornalista do **Centro de Estudos em Mídia Alternativa: Barão de Itararé**, foi entrevistada pessoalmente Renata Mielli, que também é coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e ex-diretora da União Nacional dos Estudantes (UNE) de São Paulo. Outra

fonte ouvida pela pesquisadora foi o comunicador Alexandre Youssef, que é comentarista da CBN e colabora com a **Mídia NINJA**.

Visando entender como são os processos, a gestão de pessoas e os objetivos da mídia corporativa foi entrevistada Suzana Singer, que trabalha na **Folha de S. Paulo** desde 1987. Ela é editora de Treinamentos e de Seminários e atuou como *ombudsman* até 2014. Na época, chegou a escrever colunas avaliando as manifestações de 2013, como o artigo *#vemprarua, Folha*²⁹, no qual a autora problematizou o fato de o jornal ter sido pego de surpresa pelas manifestações. Ela afirma que a **Folha** estava longe de prever que os protestos aconteceriam e isso demonstrava um distanciamento do jornal de seus leitores. Singer também aborda que os manifestantes não se sentem representados pela mídia corporativa. Como representante do jornal local que cobriu as manifestações de 2013 e 2016, foi entrevistada Giselle Hilário, editora-chefe do **JC**, ela ocupa o cargo desde 1997 e também assina como jornalista responsável pelo jornal.

As informações coletadas durante as entrevistas e as visitas guiadas foram fundamentais para melhor entender a gestão de pessoas, os processos e as plataformas utilizadas pelas duas formas de mídia. Após a reunião de todo o conteúdo, foram organizados todos esses dados.

O conteúdo separado na categoria de pessoas trata de informações sobre quem eram esses agentes produtores de conteúdos nas mídias radicais e corporativas. Foram listadas informações sobre os cargos ocupados por pessoas nas mídias, sobre a separação de tarefas, sobre o peso de decisão de cada um na organização e sobre mudanças entre os períodos estudados pela pesquisa. Também foi realizada a tentativa de coleta de informações sobre o viés político e opinativo desses agentes em relação aos acontecimentos de 2013 e 2016.

As informações organizadas na tabela intitulada Processos, consideram o termo “processo” como sendo toda atividade que gere resultado, produto ou sirva de apoio para outras etapas futuras da cobertura midiática, como o processo de decisão de pauta, que gera resultados que irão basear o restante da produção do conteúdo. As informações nessa tabela tratam a respeito

²⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/suzanasinger/2013/06/1303670-vemprarua-folha.shtml> acesso do dia 15/04/2019 às 23:34

de como as mídias se estruturam para atingir seus objetivos, considerando como objetivo a divulgação da informação e demais objetivos relatados em entrevista, por cada organização. Os estudantes secundaristas, por exemplo, tinham como objetivo representar o movimento estudantil, essa meta foi afirmada por Sanches, e faziam atividades para suprir esse propósito: as assembléias.

Os conteúdos organizados na última tabela contêm informações, coletadas em trabalho de campo e por meio da observação do material, sobre quais plataformas foram utilizadas, quais equipamentos foram necessários para a realização das coberturas, quais redes sociais e meios digitais eram utilizados, qual o perfil do público que acessava essas informações, qual o alcance da plataforma, qual o tratamento de imagem que foi dado e se houve mudanças entre os dois períodos que abarca a pesquisa. Além disso, a descrição do conteúdo selecionado através das plataformas impressas do **Jornal da Cidade** e das páginas do **Facebook**, organizadas pela mídia radical: as páginas do **Bauru Acordou**, **Casa Fora do Eixo de Bauru**, **Mídia NINJA** e **Movimento Estudantil Secundarista de Bauru**. Posteriormente, serão expostas as informações dadas pelos entrevistados que são relevantes para a composição do perfil das pessoas, dos processos e das plataformas de cada forma de mídia.

3.2 Padrão das publicações divulgadas pela mídia radical em 2013

A descrição das plataformas de mídia radical em 2013 possibilitou o acompanhamento da cobertura realizada. As divulgações de informações sobre os protestos de Bauru, realizadas durante o mês de junho, se iniciaram no dia 17/06/2013 e a última publicação realizada, nesse mês, foi em 29/06/2013, totalizando 20 publicações. Coincidentemente, a primeira e a última publicações foram realizadas na página da **Mídia NINJA**. A primeira publicação foi referente à cobertura de um protesto em que se demandava a diminuição do preço da passagem de ônibus em Bauru. Os ninjas publicaram uma foto de uma aglomeração de pessoas e afirmaram que havia mais de mil pessoas no ato. Depois, o **Coletivo Fora do Eixo de Bauru** realizou uma publicação sobre o protesto que havia acontecido e com o local e data do próximo ato: “Confirme sua presença e venha para a rua”. Da mesma forma, foi feito o acompanhamento da manifestação seguinte e foi informado que havia 10 mil manifestantes no dia 21/06/2013.

O **Bauru Acordou** surgiu devido às manifestações de 2013, o que é consoante com as teorias de Downing sobre a retroalimentação da mídia radical e dos movimentos sociais (DOWNING, 2002). O grupo utiliza a primeira pessoa do plural nas narrativas noticiosas, demonstrando que fazem parte do movimento social. No dia 24/06/2013, o coletivo publicou um texto convidando para a próxima manifestação, informando o local e o horário. Também foram expostas as demandas dos manifestantes:

A nossa luta é pelo Passe Livre e não pararemos até conquistá-lo! Além dessa luta principal, elencamos alguns pontos a serem conquistados pelo nosso movimento: Pedimos a revogação IMEDIATA do aumento no valor da passagem; o fim da cobrança diferenciada para valor pago em dinheiro ou em cartão; o fim da cobrança da taxa de integração; 50% de desconto no passe estudantil sem limite de idade para estes usuários; ampliação e reorganização das linhas de ônibus; implementação dos horários e linhas noturnas; modernização e melhora na qualidade dos serviços de transporte público; construção do terminal urbano; fim do acúmulo de funções do motorista, com a volta dos cobradores em todas as linhas; implementação da lei de transparência das contas públicas; auditoria popular dos serviços públicos; compreendemos que existem muitas lutas e muitos direitos a serem conquistados, por isso temos como bandeira o apoio aos trabalhadores e aos movimentos sociais” (BAURU ACORDOU, 2013).

Conforme o exposto, o grupo dava apoio às demandas que estavam sendo propostas pelos motoristas, como o pedido pelo fim do acúmulo de funções. Posteriormente, o mesmo grupo realizou um vídeo³⁰ em que faz uma chamada para um terceiro protesto, foram colocadas imagens do último ato e houve edição do vídeo, no qual foi exposto um texto com as demandas do movimento. A página interagia com o público por meio dos convites realizados para os atos e estimulava que os leitores comparecessem às manifestações. Um exemplo de interação com o público foi a publicação realizada no dia 27/06/2013, na qual se lia: “imprima, recorte e também faça parte da divulgação”. Ao lado desse textos há uma grande imagem separada em vários retângulos para serem recortados e dentro deles está escrito: “ 3º Ato Contra o Aumento da Tarifa; 27/06 às 18h; Praça Rui Barbosa; não há chuva que pare o povo; atenção Bauru Acordou”. O intuito era que as pessoas imprimissem e distribuíssem, auxiliando o movimento na divulgação do ato. A página também apresenta uma linguagem mais próxima do público jovem ao utilizar elementos de linguagem da internet, como os

³⁰Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KrrxFeXt68s> acesso do dia 29/06/2019.

‘memes’³¹”. Esse formato foi utilizado em uma publicação do dia 27/06/2013, junto com o texto que anunciava, de maneira positiva, que os motoristas de ônibus operariam com catracas livres. A proximidade com o público também acontecia em forma de “serviço ao público”, pois era noticiado a previsão do tempo que aconteceria durante o ato e eram feitas recomendações, como “vista roupas leves”.

O **Bauru Acordou** se encaixa nos termos mostrados por Downing, pois é uma mídia radical composta por audiências ativas atuantes que expressam tendências de oposição à hegemonia. No dia 27/06/2013 foi realizado uma publicação intitulada “Quem somos?”. O texto oferece informações sobre quem participa e como surgiu o grupo **Bauru Acordou**:

“...é formado por pessoas que moram em Bauru e estão motivadas a resolver os problemas que enfrentam diariamente como transporte, saúde, educação, bem estar social, segurança, corrupção e burocracia, com a consciência de que é preciso focar em uma questão por vez. Os cidadãos realizam assembleias públicas no Parque Vitória Régia, para discutir os problemas do município e propor soluções. Todos que vivem em Bauru são bem vindos a participar” (BAURU ACORDOU, 2013).

Também é informado que o grupo surgiu a partir de um evento criado no **Facebook** para protestar contra o preço da passagem de ônibus. Esse dado reforça os ideais de esfera pública interconectada e a influência das redes digitais na realidade em curso dos movimentos sociais, como exposto no capítulo anterior.

Os coletivos, em 2013, continuaram realizando a cobertura dos atos, produzindo imagens, textos e também vídeos³², sobre o terceiro ato na cidade. Nesse vídeo foi realizada a cobertura audiovisual do protesto ocorrido e também foi mostrado um dos integrantes do coletivo lendo um texto com as demandas dos manifestantes.

A cobertura da mídia radical em 2013 se encerrou com uma última cobertura referente à uma manifestação em que o prefeito, Rodrigo Antônio de Agostinho (PSB), se propôs a dialogar com os manifestantes. O ato ocorreu no dia 28/06/2013, a cobertura foi realizada pelo **Bauru Acordou** e pela **Mídia NINJA** e ambas publicações continham fotos da assembleia com o

³¹ **Meme** é um termo grego que significa imitação, porém atualmente o seu significado é relacionado com imagens, vídeos ou outros formatos que transmitam um significado e sejam populares na internet.

³² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZcSNIURM1P0> Acesso do dia 01/04/2019 às 21:29.

prefeito, que estava sentado em roda com os manifestantes. O texto escrito pelo coletivo bauruense tem caráter crítico, pois o prefeito não acatou diversas demandas que foram requisitadas, porém, foi comemorado o fato de Agostinho ter aceitado a proposta de oferecer 50% de desconto no passe estudantil do transporte público de Bauru.

3.3 Padrão das publicações divulgadas pela mídia corporativa em 2013

A cobertura dos protestos realizada pelo **Jornal da Cidade** de Bauru teve início no dia 11/06/2013. A pauta surgiu, porque a tarifa de ônibus em Bauru recuou 10 centavos, devido ao clima de manifestações sobre transporte público que estava ocorrendo no país. Além disso, os motoristas de ônibus de Bauru emitiram um aviso prévio notificando que iriam entrar em greve. A cobertura realizada pelo **JC** abordou essas duas temáticas e também noticiou sobre os protestos ocorridos fora de Bauru até o dia 30/06/2013, de acordo com o recorte temporal selecionado pelo pesquisa. A cobertura midiática realizada foi bastante ampla, a contagem do número de publicações totalizou 153, considerando manchetes de capa e publicações em páginas internas, e ocupou 1018,5 módulos.

De maneira geral, o **Jornal da Cidade** publicou manchetes, colunas de opinião, notícias e reportagens sobre a temática dos protestos. Por vezes, anunciava o protesto antes dele ocorrer, como uma forma de serviço para o público leitor. Como por exemplo, no dia 19/06/2013 em que o jornal anunciou que ocorreria uma manifestação em frente à Praça das Cerejeiras, na prefeitura. Assim, como no dia 27/06/2013, uma das manchetes de capa era o aviso de que ocorreria um protesto: “Novo ato na cidade é marcado para hoje”, o texto informava o local e o horário. No dia 29/06/2013 também foi anunciado com antecedência a realização de uma assembleia no Parque Vitória Régia.

Entretanto, além da assembleia houve atos que não foram anunciados com antecedência, porém todas as manifestações noticiadas pela mídia radical foram também cobertas pelo **JC**. Essa cobertura utilizou imagens, textos informativo e entrevistas, em diversas áreas do jornal. A sessão de Opinião também publicava colunas opinativas de pessoas relacionadas ou convidadas pelo **JC**, que também divulgava cartas de leitores.

O padrão exposto nas colunas de Opinião mudou durante o período selecionado pela pesquisa. No dia 16/06/2013, a coluna central da página exibia o título “Violência nas ruas”. O autor é Zarcillo Barbosa, jornalista e ele se posiciona contra os protestos. Em seu texto é abordado que quem fazia protesto no Brasil eram os índios e que o fato de surgir um protesto urbano causa surpresa. O autor chama os manifestantes de “geração de rebeldes sem causa”, mas ao mesmo tempo afirma que provavelmente não estão se manifestando apenas por 20 centavos. O colunista afirma que a sociedade se sente abandonada pelo governo e é afetada pela inflação, assim como pela falta de crescimento do país. O jornalista afirma nesses protestos também existe “uma conotação política e partidária, mostrada pelas bandeiras de agremiações de esquerda extremada, conduzidas nos campos de batalha”. O jornalista encerra concluindo que uma grande parcela da sociedade condena a violência dos protestos e que quem defende o transporte público não deve depredá-lo.

Ainda nessa mesma página, há uma carta do leitor que também traz um posicionamento contrário aos protestos, título é: “Tem gato na tuba”. A leitora afirma que há muita fúria e quebra-quebra nas manifestações e não acredita que tudo isso seja causado apenas por 20 centavos. Para ela, “a realidade é que nunca vimos, pelo menos em São Paulo, uma onda de violência popular tão exacerbada como essa”.

No dia 17/06/2013, também há colunas com opiniões contrárias aos protestos. Há uma carta de leitor com o título: “Protesto ou baderna?”. O leitor afirma que os jovens agem de forma violenta e não têm ideias. Ele afirma que estão “gladiando” por uma causa que não é importante.

Porém, a partir do dia 18/06/2013 até o dia 30/06/2013, houve uma mudança no caráter da coluna de Opinião do **JC**, e não houve mais nenhuma crítica aos protestos nas colunas e nas cartas. Porém, houve artigos em que se posicionaram de forma contrária à greve dos motoristas de ônibus. A partir do dia 18/06/2013, a opinião dada em relação aos protestos obedecia a um certo padrão, pois era possível perceber similaridades. Os elogios aos protestos eram relacionados à defesa do Sistema Único de Saúde Pública (SUS), da educação pública, do transporte público e ao combate à corrupção. Por vezes, os textos também expressavam carga política ou expressavam contrariedade à determinadas figuras políticas. Outra

característica presente era elogiar os atos pacíficos realizados na cidade de Bauru, nos quais não havia “vandalismo ou violência”.

Como ao exemplo da carta publicada no dia 18/06/2013, o título é “Dia Feliz”. O leitor contou ter visto em frente à Câmara Municipal, aproximadamente mil jovens que faziam uma manifestação contra o aumento da passagem de ônibus. Ele diz ter esperança de que essas movimentações seriam positivas para o “ensino, saúde, segurança e no combate a esta corrupção endêmica a nível federal, estadual, municipal”. No dia 19/06/2013, também houve posicionamentos favoráveis ao protesto e nesses artigos foram expressas críticas a políticos. Há uma carta do leitor intitulada “O Basta Popular!”, em que é afirmado o posicionamento contrário em relação à corrupção. Ele se posiciona contra o mensalão do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva e exige cadeia para os mensaleiros. Já na carta intitulada “Civildade”, o leitor exprime sua visão positiva sobre os protestos em Bauru. Ele também parabeniza a cidade pelos atos pacíficos e agradece o jornal pela sua cobertura.

Outro exemplo da repetição do padrão conteudista observado está no dia 24/06/2013, em que foi publicada uma coluna assinada por José Rafael Mazzon, professor. O título é “Se esta rua fosse minha...” e no texto é afirmado que os manifestantes colocaram como patrimônio maior o ser humano, porque eles estão preocupados com o ir e vir, com o preço da passagem, como a fila do SUS e com a precariedade da educação brasileira. O professor afirma que tem esperança de uma nova ordem social, que seja mais humana, mais fraterna e com condições de vida mais favoráveis para toda a população. “Para uns, utopia. Para nós, esperança”, concluiu.

As colunas de opinião seguiram favoráveis aos protestos, as críticas expostas recaíam sobre a corrupção, o governo e, por vezes, eram nomeados políticos. No dia 20/06/2013, foi publicada uma carta cujo título é “Muita Submissão”, na qual o leitor faz uma crítica ao fato de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff irem até São Paulo “socorrer” Fernando Haddad, na época prefeito da capital paulista.

As críticas à greve dos motoristas permaneceram até o fim do período selecionado pela pesquisa. Um exemplo é a carta do dia 27/06/2013, que tem como título: “Motoristas mantêm

greve”. O leitor afirma que, ao fazerem greve, os motoristas perdem o apoio da população. Ele alega que os grevistas deveriam ser presos: “Já está na hora de os responsáveis serem presos por desobediência à liminar judicial e de ter descontados os dias parados dos mesmos”.

Outros exemplos do padrão apresentado, que norteou as colunas de opinião em 2013, podem ser observados nos anexos da pesquisa. Foram selecionadas 13 páginas de Opinião no total.

O **JC** esteve em contato com os grupos que organizaram as manifestações. Durante a cobertura dos protestos na cidade, o jornal realizava entrevistas com os ativistas e expunha as suas demandas. Como ao exemplo do dia 27/06/2013, no texto expõe que a principal reivindicação dos manifestantes era o passe livre, mas que eles também pediam a revogação do aumento da passagem de ônibus, o fim da cobrança diferenciada entre pagamento no dinheiro e no cartão, a implementação de 50% de desconto para estudantes e o fim da taxa de integração. Eles também se posicionaram contra o acúmulo de função pelos motoristas, que também atuam de cobradores. Na mesma página, o **JC** aborda outras manifestações que já ocorreram na cidade, e enfatiza o número de pessoas que participaram, no primeiro ato havia 1200 manifestantes e no último (referente à data da publicação), havia 6000 pessoas. O jornal também enfatizou mais uma requisição: a instauração da CEI (Comissão Especial de Inquérito), que analisaria a qualidade do transporte público em Bauru. O dia 21/06/2013 também serve como exemplo da exposição das demandas dos manifestantes no jornal, o assunto foi chamada de capa e a manchete é: “Eles revelam seus motivos”. Na página interna do impresso, o **JC** dedicou uma página inteira a depoimentos de pessoas que estavam nos protestos. Foram entrevistadas pessoas de várias idades e profissões diferentes. As principais requisições expostas por eles eram a melhoria da saúde pública, da educação e do transporte público, também foi feita uma crítica ao Projeto de Decreto Legislativo conhecida como “Cura Gay”, a PDC 234/2011³³.

Como mencionado, a cobertura do **JC** sobre os protestos era feita de forma textual, imagética e com entrevistas. Ao exemplo do dia 21/06/2013 quando o jornal utilizou uma página inteira com três imagens sobre o protesto ocorrido em Bauru. O título é “6 mil nas ruas e violência zero”. O texto inclui detalhes sobre a manifestação e enfatiza mais de uma vez o fato de não

³³ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415> acesso do dia 25/04/2019 às 18:32.

haver violência no protesto bauruense. Na publicação, é contado quais foram os gritos dos manifestantes, também foi entrevistado um dos organizadores do grupo **Bauru Acordou** e um policial que afirmou que o protesto foi realmente pacífico. Um “olho” foi feito com a seguinte frase “Na Getúlio, um dos momentos mais simbólicos: jovens e adultos entoaram o Hino Nacional”. No dia 19/06/2013, o jornal quebrou o padrão do texto jornalístico e publicou um poema em uma página na seção de política (página 05). A paródia, como visto anteriormente, costuma ser associada às formas de mídia radicais que costumam fazer parte ou ter bastante intimidade com os movimentos sociais (DOWNING, 2002). Entretanto, o **JC** publicou uma paródia da música “A Casa”, de Vinicius de Moraes:

“Era um país muito engraçado, faltava escola, sobrava estádio! Governo vinha com enrolação, quem discordava, “ó o camburão!” Cada pessoa tinha que ser burra. Pois do contrário, levava surra! Ninguém podia protestar não, porque a PM sentava a mão! Um belo dia tudo mudou, esse país, enfim acordou! O povo disse: “chega, não mais!” Enfrentou balas, suportou gás! Não é apenas por 20 centavos, pois do sistema, somos escravos! Lutemos pois, pela verdade e conquistemos, a liberdade! Seguindo vamos, todos unidos, sem depender de podres partidos! E o resultado é que essa união, pode acabar em Revolução!” (Paródia feita com a letra e música A Casa, de Vinicius de Moraes, por manifestantes sobre os atuais acontecimentos nas ruas do País)” (JORNAL DA CIDADE, 2013).

Outra característica perceptível na cobertura realizada pelo jornal em 2013 foi a constante quebra do padrão de diagramação do **Jornal da Cidade**. A diagramação costumeira do **JC** consiste em seis colunas dispostas horizontalmente, o que no jornalismo é chamado de “grid de seis colunas”. As publicações sobre 2013 foram dispostas em diversos formatos, havia infográficos, duplas de páginas, muitas quebravam o padrão da colunagem. Também havia páginas tomadas por imagens, que realizavam a quebra do grid. Segundo Samara, a quebra do padrão da diagramação chama a atenção dos leitores e influencia na hierarquização das notícias. O jornal consegue por meio da diagramação induzir o leitor para o que o veículo considera mais importante dentro do conteúdo (SAMARA, 2011).



Exemplos de quebra do padrão da diagramação.

O tema da greve dos caminhoneiros também era um assunto constante nas páginas do JC. O jornal acompanhou a greve desde o momento de seu aviso prévio, a primeira publicação foi feita no dia 11/06/2013, até o seu encerramento, no dia 28/06/2013. As publicações estão disponíveis nos anexos da pesquisa. Um exemplo referente à cobertura dessa temática está na edição do dia 22/06/2013, quando o jornal utilizou uma página inteira (exceto propagandas) para o tema da greve. O título é “TRT determina volta dos circulares”, com a seguinte linha fina: “Tribunal impôs multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento, mas sem serem notificados, motoristas mantêm greve”. O texto informa que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decidiu pelo encerramento da greve e pelo retorno imediato dos motoristas. A justiça não havia conseguido encontrar o líder da comissão, Valter Dutra, e por isso a paralisação continuou. O jornal então ressalta o risco de demissão para os motoristas e a multa diária de 100 mil, que pode ser imposta ao sindicato. Em seguida há um subtítulo cujo título é: “Fora da Lei”. O texto traz a fala do presidente da Emdurb, Nico Mondelli, que afirmou: “só espero que eles voltem a trabalhar amanhã, porque, se não, a situação deles começa a se complicar diante do tribunal”. Também há a fala do vice-presidente do TRT, Henrique

Damiano, que acusou a greve de ser motivada não só por interesse dos trabalhadores, mas por disputa sindical.

No dia 29/06/2013, o **JC** fez um balanço dos resultados alcançados pelos protestos em Bauru até então e, assim como a mídia radical, o jornal também realizou a cobertura da assembléia com o prefeito. Foi redigida uma chamada de capa sobre o acontecimento, há uma imagem e uma legenda informando: “A galera e o prefeito - sentado, Rodrigo Agostinho fala com manifestantes”. Na parte interna do jornal, a reportagem tem o título “Pacote tem três pontos”, a linha fina é “Sentado na calçada da prefeitura, Agostinho anunciou desconto de 50% no passe estudantil e foi sabatinado por manifestantes”. O texto afirma que o prefeito fez um pacote de três pontos: transparência, reestruturação e participação. No pacote ele promete que no *site* da Emdurb vai disponibilizar os contratos das empresas de transporte coletivo. A prefeitura também vai expor dados sobre os salários na internet e será criada uma lei municipal de transparência pública. A reestruturação será em relação às melhorias no sistema de transporte público e a um projeto para o Fundo Municipal da Mobilidade Urbana. Também foi postulado o desconto de 50% no passe estudantil.

3.4 Padrão das publicações divulgadas pela mídia radical em 2016

Em 2016, a mídia radical realizou 52 publicações na página **Movimento Estudantil Secundarista de Bauru**, referentes aos protestos. O período selecionado pela pesquisa foi referente ao mês de outubro de 2016. Nos dias 1, 2 e 3 de outubro foi compartilhada pelos estudantes a convocação para o “Ato Contra a Reforma do Ensino Médio”, que aconteceria no dia 5, na página do evento eram informados o local e a hora. Em uma das publicações foi escrito: “organizados, vamos lutar contra a reforma proposta pelo governo Temer! Queremos escolas realmente públicas e de qualidade, que nos ajudem a formular ideias”. Também foi afirmado que o grupo é contra o congelamento dos gastos públicos e contra a reforma do ensino médio.

Os estudantes secundaristas de Bauru constantemente faziam publicações com sentido convocatório informando datas, horários e locais das manifestações. Nessas convocações eram comuns frases motivadoras convidando o público para participar, e críticas ao governo.

Como na convocação realizada no dia 07/10/2016, na página compartilhou-se um evento do “Coletivo Giz no Chão”, o Movimento Secundarista Estudantil de Bauru escreveu: “Debate sobre a desestruturação do Ensino Médio, sábado às 15h00 na casa do Hip Hop, vamos juntar forças”. Abaixo está uma imagem da manifestação em frente à Câmara Municipal que mostra as pessoas levantando uma grande faixa escrito “SOS Educação”. No dia 17/10/2016 também foram feitas convocações e foram expostas críticas ao governo: “O ilegítimo governo Temer tenta destruir o restante do sistema educacional e impor um escola incompleta”. O texto também afirma que a medida impede os estudantes de terem uma educação ampla e crítica. Foi afirmado também que a PEC 241, que congela os gastos públicos, seria negativa ao precário ensino público. Em seguida, o coletivo dispõe o link do evento: “Ato contra a reforma do Ensino Médio”. A foto de capa do evento informa a data, o local e a hora do ato. Outras convocações também podem ser observada nos anexos da pesquisa.



Exemplo de publicação realizada pelos estudantes.

Os estudantes secundaristas também fizeram coberturas informativas sobre os atos que organizaram. Nas coberturas, as informações eram dadas por meio de textos e imagens. No dia 05/10/2016 foi publicado uma imagem das manifestações com o texto: “Ato em frente a Câmara Municipal de Bauru”. A publicação de imagens também ocorreu no dia 07/10/2016. No mesmo dia, foi publicada a informação de que já havia 54 escolas ocupadas do Brasil. O

texto informava que em oito estados brasileiros existiam ocupações. Quando estudantes ocuparam a Diretoria de Ensino 20/10/2016, a página também compartilhou fotos do ato. No dia 13/10/2016, os estudantes publicaram textos sobre as demandas do movimento:

Queremos melhorias de verdade na educação pública! Queremos mais investimentos nas escolas, queremos menos alunos por salas, queremos professores bem pagos e bem formados, queremos conhecimento amplo e sem restrição, queremos democracia nas decisões das escolas e governos, queremos cultura e esporte nas escolas. Por uma educação que nos ensine a pensar e não somente obedecer” (MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA DE BAURUR, 2016).

Durante esse período, os estudantes interagiram com o público que os seguia nas redes sociais. No dia 19/10/2016, a página realizou uma enquete para a escolha do local: “galera, por causa do sol e do calor, estávamos pensando na possibilidade de mudar o ato para a DE, onde tem água, sombra e não vai ter ninguém passando mal por causa do calor... votem em qual vocês acham melhor”. Posteriormente, o resultado da enquete determinou o local em que foi realizado o ato, demonstrando que houve interação com o público de forma democrática e horizontal. Outro momento de interação com o público foi no dia 19/10/2016, em que a página alertou os estudantes para levarem água e protetor solar durante a manifestação. No mesmo dia, foi realizada uma publicação com apenas uma frase “Prontos para a luta?”, comentários feitos por seguidores da página responderam “Sim” e “Sempre”.

Os estudantes também produziram publicações em diversos formatos. Publicaram charges no dia 12/10/2016 e no dia 13/10/2016 a página compartilhou uma imagem da **Mídia NINJA** que mostrava Michel Temer, vestido como uma princesa do gelo, congelando os gastos em investimentos públicos. Já no dia 13, foi publicada outra charge e nela está escrito: “Temer tira obrigatoriedade de Educação Física, Artes e Filosofia no Ensino Médio”. O desenho mostra um repórter entrevistando o presidente, ele pergunta “Tem certeza que essa reforma vai dar certo?”, e o presidente responde: “Claro, eu tenho notório saber em educação e tem mais... Os alunos poderão escolher a opção de caçar Pokémon Go”. Essas ilustrações críticas publicadas se encaixam no postulado por Downing, de que nas mídias radicais também usa-se a sátira e a ironia, assim como, as caricaturas e as indiretas. A comunicação radical pública nem sempre se estrutura em um debate racional, de forma polida, como teorizou por Habermas (DOWNING, 2012). Outro exemplo de formato diferente utilizado, vê-se

publicado no dia 14/10/2016, quando foi compartilhado um GIF que atua como um infográfico animado. Na animação está escrito: “329 escolas e universidades ocupadas”. Em seguida, são mostrados dados sobre o número de ocupações em cada região do Brasil. Também são mostradas as demandas das ocupações: eram contrárias à PEC 241, à Reforma do Ensino Médio e ao Projeto de Lei Escola Sem Partido. Esse infográfico informa que a fonte das informações é União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

No dia 30/10/2016, a página publicou um vídeo autoral³⁴ dos estudantes de Bauru, no qual os alunos compuseram uma paródia musical com a letra da música “Malandramente”. Nos versos, eles criticaram os cortes de verba para a educação pública, o governo do presidente Michel Temer e acusaram o presidente de corrupção. Nas imagens do vídeo os estudantes dançam e mostram cartazes.

Em algumas publicações dos estudantes também eram expostos conteúdos informando sobre o contexto político que estava fomentando ocupações. No dia 13/10/2016, a página compartilhou uma publicação do “Coletivo Chão de Giz”, há uma imagem escrito: “Então você acredita que tirando disciplinas a educação vai melhorar?”. O “Coletivo Chão de Giz” escreveu um texto com informações sobre a reforma do Ensino Médio, afirmando que ela retiraria a obrigatoriedade do ensino de Filosofia, Sociologia e do oferecimento de aulas de Espanhol para os alunos do ensino médio, prevista na Lei nº 1161 de 05/08/2005. Também seriam retiradas as disciplinas de Artes e Educação Física. “No final das contas, as únicas disciplinas que se mantêm como obrigatórias são: Matemática, Língua Portuguesa e Inglês. Não vão nos enganar! Não aceitaremos”, escreveu o coletivo. Outro exemplo de publicação que fornecia informações sobre o cenário político ocorreu no dia 19/10/2016. Nessa data, o grupo compartilhou uma imagem de um ofício do Ministério da Educação. No documento está escrito que a secretaria tomou conhecimento das ocupações de câmpus que fazem parte das instituições da Rede Federal. A secretaria afirmou, também, que se deve manter os direitos dos estudantes de acesso às atividades curriculares, assim como “a integridade da comunidade acadêmica, a incolumidade do patrimônio público”. A secretaria pede, então, uma manifestação formal informando os locais estão ocupados e uma identificação dos

³⁴ Disponível em:

<https://www.facebook.com/Movimentoestudantilsecundaristadebauru/videos/1097174680403659/UzpfSTkwMTcxNTMzNjYxNjI2MjoxMTA0NTczNjY2MzMwNDI3/> acesso do dia 20/05/2018.

responsáveis pela ocupação. A página que publicou originalmente essa imagem chama-se “Não fechem minha escola” e eles escreveram na publicação: “DENÚNCIA URGENTE. Ministério da Educação pede que dirigentes de escolas delatem os estudantes. O texto afirma que no dia (19/10), os dirigentes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica receberam ofício do Ministério que pede a identificação dos estudantes que ocupam os institutos. Também foi escrito que o pedido é frontalmente contra a liberdade de manifestação, uma vez que pode resultar em sanções aos ocupantes.

Em 2016, diversos grupos de estudantes secundaristas espalhados pelo Brasil formaram coletivos de mídia radical, assim como os alunos bauruenses. Por meio do **Facebook**, eles se organizaram em páginas próprias, dialogaram e interagiram entre si, com comentários e compartilhamentos. Esse exemplo é congruente com o que observa Downing, de que também há discussões e conversas coletivas internas entre grupos radicais, uma esfera pública que acontece entre os coletivos-hegemônicos (DOWNING, 2002). Devido à conexão virtual entre os coletivos contrários à Reforma do Ensino Médio, no dia 03/10/2016 a página do **Movimento Estudantil Secundarista de Bauru** compartilhou uma imagem da ocupação no Instituto Federal de Águas Lindas (GO), e no dia 05/10/2016, foi compartilhada uma publicação de uma ocupação do Paraná.

Além das conversas internas que aconteciam entre os grupos de estudantes do país, foi criado um debate entre o público que estava visualizando aquele conteúdo de maneira voluntária ou involuntária, pela plataforma do **Facebook**. A reforma do ensino médio gerou debates sobre os temas expostos pelas publicações do movimento. Esses debates ocorriam por meio de comentários nas páginas dos coletivos estudantis ou com compartilhamento das imagens dessas páginas.

3.5 Padrão das publicações divulgadas pela mídia corporativa em 2016

O **Jornal da Cidade**, em outubro de 2016, publicou 27 vezes matérias sobre educação e ocupou 174,7 módulos. A primeira publicação referente à Reforma do Ensino Médio foi realizada no dia 10/10/2016. O tema estava presente na capa da edição, a manchete era: “Bauru: escola vai discutir as reformas”. Na parte interna do jornal, o título da reportagem é

“Diretoria de Ensino afirma que escolas irão discutir a reforma”, com a seguinte linha fina: “Estado se posiciona sobre medida do governo federal e prega ampliação de diálogo com estudantes e professores”. O **JC** utilizou como fonte a dirigente regional de Ensino em Bauru, Gina Sanches. Ela afirma que deve-se entender a Medida Provisória (MP) e “diante da nova base curricular fazer propostas para adequar à nossa realidade”. Devido às manifestações, a Secretaria de Estado recomendou à Diretoria Regional de Ensino de Bauru (DRE) que tratasse do assunto em cada unidade escolar. Foi feito um olho ressaltando: “Das 52 escolas estaduais de Bauru, 34 oferecem o Ensino Médio e serão foco da mudança proposta pelo governo federal”. O texto também informa sobre a Medida Provisória (MP) que pretende efetivar a reforma do ensino médio, que consiste em tornar obrigatórias as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Estrangeira. As demais das matérias serão recomendadas com temas mais amplos, como Ciências Humanas, Naturais e Exatas. A MP também afirma que no segundo ano do Ensino Médio o aluno poderá escolher entre o ensino profissionalizante ou continuar os estudos visando o vestibular.

Assim como em 2013, o jornal publicou colunas de opinião que se relacionavam com as temáticas envolvidas pelas manifestações. No dia 16/10/2016, foi publicada uma carta de leitor cujo título é: “Reforma do ensino médio”. A leitora se posiciona contra a reforma do Ensino Médio. Ela afirma que a MP é antidemocrática por não consultar os professores. “A educação brasileira, com essa medida, dá um retrocesso por tirar a Arte, a Educação Física, Sociologia e Filosofia. Deixa de fornecer uma formação integral ao aluno, prejudica a formação cultural e a saúde dos educandos”. A leitora também ressaltava a questão de que o período integral prejudicaria famílias com dificuldades financeiras nas quais os adolescentes trabalham.

Outra carta de leitor com opinião semelhante também foi exposta no dia 18/10/2016, o título é “Reforma: falta consultar o professor”. O autor começa o texto alegando que o “Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) divulgou as notas por escolas referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015. O resultado é preocupante. Apenas 9% das escolas públicas brasileiras atingiram a média nacional”. Para o leitor, é necessário transformar o Ensino Médio para incentivar os adolescentes a continuarem na escola e também para capacitá-los melhor para o vestibular. Ele critica: “não surpreende que a

Medida Provisória tenha sido recebida com tantas críticas. O ensino público não melhorará enquanto o professor não for incluído e valorizado”.

A PEC 142 também motivou as ocupações estudantis em 2016. No dia 19/10/2016 foi publicado um texto de um colunista do jornal, cujo título é “Discussão exaltada da PEC 241”. O autor se posiciona a favor da PEC 241, afirmando que a intenção do governo é fazer o país voltar a crescer com um orçamento equilibrado, em que não se gaste mais do que se receba. “Vendo o ânimo exaltado dos que se opõem à PEC 241, como os que eram contra o *impeachment*, ficamos intrigados com o fato de eles ignorarem coisas tão evidentes e comprovadas, como a enormidade do déficit público, os milhões de desempregados, os milhões de reais desviados pela corrupção...”, escreveu o colunista.

Em seguida, também é publicado mais um texto de outro colunista cuja opinião era similar. O título é: “A rua pediu: governo deve gastar menos”, o autor se posiciona a favor da PEC 241. Ele defende que a medida irá viabilizar um começo de ajuste das contas públicas, que estão ruins devido aos 13 anos de governo do PT. O autor escreve que a PEC sozinha não é suficiente e que para resolver a situação deve-se implementar a Reforma da Previdência.

No dia 20/10/2016, o **Jornal da Cidade** publicou uma reportagem com tema da Reforma do Ensino Médio. Foi publicada uma manchete de capa: “Educação: série aborda reforma”. Na parte interna o jornal foi utilizada uma página inteira para a reportagem cujo título é: “Reforma inflama debate sobre o ensino. O jornal entrevistou a superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, uma professora de Geografia e a Diretora Pedagógica do Colégio Batista Brasileiro de Bauru. O texto do jornal informa sobre a retirada da obrigatoriedade de disciplinas. Também é informado que os professores poderiam ser contratados por “notório saber”, sem que tenham diploma na área. A superintendente se mostra a favor da reforma do ensino médio, assim como a diretora pedagógica. Para ela, a mudança irá gerar um Ensino Médio menos fragmentado e mais multidisciplinar. Entretanto, a professora se mostra contrária às mudanças devido à falta de flexibilidade e de discussão, mas afirma que é uma oportunidade para fazer alterações na educação brasileira. No final, ocupando 4 dos 32 módulos da página, o **JC** publicou um documento enviado pelo Movimento Estudantil Secundarista de Bauru. O título da nota é: “Movimento Estudantil de

Bauru é contra e promete manifestações”. Dessa forma, o **JC** expôs as demandas da classe estudantil: “Hoje somos mais de 800 escolas e universidades ocupadas no País, fora as manifestações que estão sendo feitas”. Os estudantes afirmaram que as propostas do governo passam longe das reais necessidades de uma escola pública. Eles afirmam que o aumento da carga horária, sem a estrutura necessária para tal, contribuirá para aumentar os índices de evasão escolar. No fim do documento, os estudantes demandaram:

“...escolas mais democráticas, com diretores eleitos por voto; garantia de autonomia para o grêmio; investimentos maiores para a contratação de professores; Implantação de laboratórios de informática e de química; bibliotecas com maiores acervos, pois as atuais estão sucateadas, dependentes de doações; condições mínimas de estrutura para o aprendizado (giz, xerox, lousas sem buracos, reforma nas escolas)”(MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA DE BAURU, 2016).

No dia 21/10/2016, o **JC** fez sua primeira cobertura sobre as manifestações realizadas pelos estudantes secundaristas de Bauru. A notícia ocupa 5 dos 36 módulos da página sob o título “Estudantes protestam contra reforma e PEC”. A linha fina é: “Em mais um ato, alunos foram às ruas para pedir a saída de Michel Temer”. Era noticiado que os estudantes realizaram um protesto, no dia anterior, pedindo o fim da Reforma do Ensino Médio, a saída do presidente e a derrubada da PEC 241. A estudante Giovana Sanches foi uma das fontes e afirmou que o ato teve cerca de 200 pessoas. Entretanto, no texto também se afirma que a PM realizou uma contagem de 100 pessoas. A estudante também afirmou que os alunos entraram na sede da Diretoria Regional de Ensino (DRE), onde colaram cartazes, com a intenção de que a DRE comunique a indignação dos alunos para o governo. Sob o subtítulo “Faltas” há a informação de que a DRE está contabilizando as faltas dos alunos e dos professores, os quais tiveram o dia descontado do salário. O **JC** divulgou uma imagem dos estudantes.

[illegible]

No dia 25/10/2016, o **JC** publicou pela primeira vez uma manchete relacionada às ocupações estudantis, porém com o tema não diretamente relacionado aos movimentos sociais. O título é: “Adolescente é morto em escola ocupada”. O jornal ainda não havia noticiado nenhuma informação sobre as ocupações estudantis que estavam acontecendo no restante do país, segundo a mídia radical, no dia 16/10/2016 já havia 516 ocupações no Brasil. Na parte interna do jornal, o título é: “Estudante é morto por colega em escola ocupada do Paraná”. O texto afirma que um adolescente de 16 anos foi morto em uma escola ocupada há 20 dias, em Curitiba. Os estudantes teriam usado “bala”, uma droga sintética, dentro da escola, então eles teriam se desentendido e um atacou o outro com uma faca de cozinha. O assassino pulou o muro e fugiu, depois foi pego pela polícia. Em seguida, a escola foi desocupada.

No mesmo dia, em outra página interna, o **JC** veiculou uma notícia cujo título é: “Protesto contra a PEC do Teto movimentará Câmara Municipal”. A matéria informa que a sessão da

Câmara Municipal de Bauru, no dia anterior, foi marcada por um ato dos estudantes secundaristas. Eles se manifestaram pela aprovação de Moção de Repúdio à PEC 241 e obtiveram vitória, por 8 votos contra 7. O texto também afirma que os estudantes provocaram os vereadores os chamando de ladrões e golpistas. Após o tumulto, foi pedido que eles ficassem em silêncio e os estudantes se calaram e só voltaram a se manifestar durante a votação da MP, que era o último item da pauta. Após o resultado positivo, o **JC** afirmou que os estudantes saíram da plenária pacificamente.

No dia 26/10/2016, o jornal utilizou dados disponibilizados pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). Em uma página interna do jornal foi publicada uma nota que tinha como título: “País tem 1.022 escolas e 84 universidades ocupadas em 19 estados e em Brasília”. O **JC** explica brevemente os motivos das ocupações: a Medida Provisória 746, que muda o currículo do ensino médio, e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que limita os gastos com a educação pública.

No dia 30/10/2016, na sessão Brasil foi publicada uma reportagem sob o título é: “Alunos decidem sair de colégio do Paraná”. A linha fina é: “Eles são contra a Reforma do Ensino Médio proposta pelo governo federal”. A matéria informa que os estudantes de um Colégio Estadual do Paraná, o maior do Estado, decidiram desocupar a escola. Com essa decisão, eles rejeitam o acordo oferecido pelo governo do Paraná. O Ministério Público e a Defensoria Pública ofereceu a permanência dos estudantes nesse colégio por mais 10 dias se as outras 24 unidades ocupadas fossem desocupadas. Havia ordem para reintegrar a posse dessas demais escolas. No texto é afirmado que os estudantes do Paraná chegaram a ocupar 850 escolas de um total e 2.100 unidades”. O jornal trouxe a fala de alguns estudantes: “A proposta que nos foi mostrada fere os princípios básicos do movimento estudantil, disse uma estudante, que não quis se identificar... Desocupar os outros 24 colégios vai tirar o valor dos alunos e das ocupações deles, das motivações que eles têm... O que houve foi uma coerção do Estado para a desocupação em massa, com a tentativa de centralizar os estudantes no CEP (Colégio Estadual do Paraná) e fragilizar o movimento secundarista”. Assim, os estudantes decidiram desocupar o colégio maior para manter a horizontalidade do movimento secundarista e não se tornarem uma ocupação principal.

4. RELAÇÃO COMPARATIVA DOS RESULTADOS

4.1 Os perfis da mídia radical e da mídia corporativa: organização das pessoas que compõem os veículos midiáticos

As informações coletadas durante as entrevistas com os agentes de mídia radical e de mídia corporativa possibilitaram a coleta de informações sobre pessoas, processos e plataformas de ambas as mídias. As informações selecionadas sobre a organização das pessoas foram colocada em tabelas, em ordem cronológica, o que possibilitou a comparação dos conteúdos das entrevistas de forma mais visual.

As informações sobre as características das organizações midiáticas foram cedidas em entrevistas com Giselle Hilário, editora chefe do **Jornal da Cidade**, Raíssa Galvão, editora de opinião da **Mídia NINJA**, Suzana Singer Editora de Treinamentos e Seminários e ex ombudsman do grupo **Folha de S. Paulo**, e com Giovanna Sanches, uma dos administradores da página: **Movimento Estudantil Secundarista de Bauru**, no **Facebook**. Sanches também auxiliou na organização de atos de uma ocupação da cidade.

Quando indagada sobre os motivos que estimularam a criação da **Mídia NINJA**, Galvão afirma que a realização do coletivo foi estimulada pelo o que ela define como “uma crise muito forte do sistema jornalístico”. Para ela, muitos jornalistas contratados pela mídia corporativa estavam insatisfeitos e não tinham perspectiva sobre o que fazer. Assim, alguns queriam buscar algo alternativo às redações, como a **Mídia NINJA**, que conseguiu jornalistas e outros colaboradores para o projeto (GALVÃO, 2017). Emigração semelhante foi relatada por Kucinski, como apresentado no capítulo 01. O autor registrou que a mídia radical, durante o período da ditadura militar, também foi o refúgio onde os jornalistas insatisfeitos com as posturas de seus jornais, perante o governo militar, emigraram ou trabalharam paralelamente. Na mídia radical, os jornalistas podiam abordar os temas que desejavam e não eram obrigados a colaborar com um projeto de governo com o qual discordavam (KUCINSKI, 2001).

Galvão também afirma que há um conselho editorial, composto pessoas que fazem sugestões e provocações sobre a abordagem e sobre as pautas. Esse grupo é chamado de “**Corpo Docente**”, e entre 2013 para 2016 houve um aumento de 30 para 50 pessoas envolvidas no

“Corpo Docente”(GALVÃO, 2017). Capilé dá como exemplo a professora Ivana Bentes³⁵ da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que faz parte do corpo docente da Mídia NINJA. Para Capilé³⁶, esse grupo é uma forma de engajar e informar outros setores da sociedade, é um diálogo entre a academia e os demais cidadãos (CAPILÉ, 2019).

A respeito da formação das pessoas que compõem a mídia radical, segundo Hilário, no **JC** as pessoas contratadas são todas graduadas em Jornalismo (HILÁRIO, 2017). Galvão afirma que a maioria não é formada em jornalismo e que dentro do coletivo há muitas formações diferentes. Essa afirmação de Galvão se enquadra no postulado por Downing de que as mídias radicais são compostas por audiências ativas. Esses agentes ativos nem sempre são graduados em comunicação, mas sentem necessidade de redefinir as mensagens ofertadas pela mídia corporativa e elaborar seus próprios conteúdos (DOWNING, 2002). Sendo assim, o perfil das pessoas que compõem a mídia radical é mais relacionado à postura anti-hegemônica das audiências ativas do que à formação profissional em si.

O peso de decisão das pessoas também se expressa de forma diferente nas duas organizações. Hilário declara que a linha editorial do **JC** é definida pela diretoria do jornal, sendo uma decisão hierárquica (HILÁRIO, 2017). Em contraponto, Galvão indica que a linha editorial do veículo é definida em conjunto, os colaboradores tomam as decisões coletivamente e as características editoriais não são fixas, estão sempre em fluxo contínuo (GALVÃO, 2017). No **JC**, há uma hierarquia, no topo está o diretor de redação, seguido da editora chefe e dos editores executivos. Depois estão os editores de área, depois estão os repórteres, fotógrafos e diagramadores (HILÁRIO, 2017). Já na **Mídia NINJA**, Galvão afirma que todos têm o mesmo peso de decisão, porém as pessoas que estão a mais tempo no coletivo têm mais experiência para fazer colocações. Segundo ela, há uma divisão de tarefas, porém “cada membro é uma produtor multimídia que se vira caso precise. Tem o núcleo audiovisual, o núcleo de redes sociais, o núcleo de fotografia, o núcleo de design, enfim, todas linguagens têm pessoa dedicadas especificamente para isso” (GALVÃO, 2017).

³⁵ Ivana Bentes é professora Titular da UFRJ e doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora e pesquisadora do Programa da Pós Graduação em Comunicação da UFRJ e Diretora da Escola de Comunicação da UFRJ.

³⁶ Entrevista cedida à pesquisadora em 23/01/2018.

Já na **Folha de São Paulo**, segundo Singer, no topo da hierarquia está a cúpula do jornal formada pelo Diretor de Redação, o Diretor Executivo e dois Secretários de Redação. Depois há as editorias e “cada editoria tem um Editor, um Adjunto, os Repórteres e Redatores. Também tem uma editoria de primeira página que tem dois Secretários de Redação, um que determina o que vai ser pauta e outro que faz o fechamento do jornal. Esse determina o que vai ser manchete, qual vai ser a foto da primeira página e quais vão ser os principais assuntos. A Cúpula do jornal influencia muito. Porém, quando indagada se o repórter tem liberdade para sugerir pautas, Singer afirmou que sim. (SINGER, 2018).

Já a forma de organização da mídia radical administrada por Sanches tinha mecanismos mais horizontais. Ela afirma que o Movimento Estudantil era formado por 9 escolas, havia dois alunos de cada escola que representavam os estudantes e administravam a página **Movimentos estudantil Secundarista de Bauru**. A organização foi planejada dessa forma porque, assim, cada representante poderia informar sobre o que estava acontecendo em seu colégio. Não havia uma divisão de tarefas, pois cada um realizava a mesma tarefa - que era informa - por meio de publicações na rede social, de acordo com decisões coletivas tomadas pelos estudantes. “Nós organizamos dessa forma porque seria bem democrático... a gente decidiu como tudo seria postado em uma reunião do Movimento Estudantil com todos presentes, não só os administradores, porque nós administradores só estávamos representando os outros estudantes”(SANCHES, 2017).

As mídias radicais abordadas pela pesquisa como a **Mídia NINJA**, que surge do coletivo **Fora do Eixo**, o **Bauru Acordou** e o **Movimento Estudantil Secundarista de Bauru** se encaixam no princípio da organização horizontal exposto por John Downing. Os membros do **Bauru Acordou** também tomavam suas decisões a partir de debates e votações como relatado na própria página³⁷ do grupo. O comportamento desses grupos radicais reforça as teorias de Downing. O autor também ressalta que a horizontalidade caracteriza uma forma de gestão mais igualitária, porém os coletivos devem se manter cautelosos, pois algum dos agentes pode considerar-se mais líder do que os demais, devido a sua experiência. Os grupos selecionados

³⁷ Informações publicadas pelo grupo Bauru Acordou em 2013. Disponível no endereço: <https://www.facebook.com/BauruAcordou/photos/a.481036505312729.1073741828.479757642107282/481036508646062/?type=3&theater>. Acesso do dia 22/02/2018 às 17:45.

pela pesquisa também se encaixam no princípio da autogestão, já que o comando está na mão dos próprios colaboradores do coletivo. Em todas as mídias radicais selecionadas ocorrem debates, assembleias e reuniões evidenciam uma esfera pública interna, entre os membros. Uma vez que Downing disserta sobre a esfera pública como sendo a comunicação e o debate sobre temas do momento, pressupondo um fórum democrático com caráter contra-hegemônico (DOWNING, 2002).

Outra característica relativa à gestão de pessoas nas mídias refere-se à forma de remuneração. Os empregados do **JC** são assalariados, com diferenças salariais entre eles, conforme a hierarquia imposta pelo jornal. Enquanto na **Mídia NINJA**, os colaboradores não recebem salários. “Nós nos entendemos como investidores e produtores dessa plataforma, então todo o nosso tempo e nossa força de trabalho são dedicados à **Mídia Ninja** e aos projetos do **Fora do Eixo**”(GALVÃO, 2017). Os colaboradores moram todos juntos em uma casa coletiva, todo o recurso financeiro que recebem é colocado em um caixa coletivo. Essa verba coletiva é utilizada para a compra de alimentos e demais demandas (GALVÃO, 2017).

Também foi questionado aos agentes a respeito de suas visões opinativas sobre as manifestações. Hilário expõe a sua opinião sobre os acontecimentos em 2016. Ela afirma que, desde 2013, o tempo havia passado e não havia acontecido grandes mudanças no cenário político brasileiro. “O país continuou o mesmo, a recessão foi feia, o desemprego continua grande. Então, acho que as pessoas meio que desanimaram... Eu acho que a mídia desanimou também” (HILÁRIO, 2017). Sanches explica sua visão sobre o motivo que fomentou as ocupações em 2016. Em 2015, os professores das escolas públicas entraram em greve devido à baixa remuneração. “Logo depois veio a proposta de reorganização, aí nós fizemos várias manifestações contra porque a gente achava que não era o melhor para escola naquele momento. Então, vimos as ocupações em São Paulo e decidimos ocupar também. O Stela parou de ser uma escola tradicional para começar a ser uma escola de pessoas que se importam, tanto politicamente quanto socialmente” (SANCHES, 2017). Singer também emite seu ponto de vista sobre os protestos de 2013 e de 2016. Ela afirma que, em 2013, as manifestações foram inesperadas e surpreenderam a imprensa, que não havia percebido indícios de as manifestações acontecerem. “Eu não vou opinar sobre 2016, porque eu não acompanhei muito bem. Em 2013, eu acho que foi um fenômeno enorme, que acabou de

repente e ninguém entendeu porque surgiu e porque acabou. Também congelou a tarifa de ônibus, mas a gente não precisava de tudo aquilo. Essa força, esse descontentamento desaguou no quê? Eu não sei, acho que é uma coisa que ainda tem que se estudar. Já o de 2016, pelo que eu li, acho que provou que não dá para fazer mudança à força sem discutir” (SINGER, 2017).

4.2 Os perfis da mídia radical e da mídia corporativa: organização dos processos que compõem os veículos midiáticos

A distribuição da informação sobre processos em uma tabela tornou possível a comparação dos conteúdos de cada mídia, os conteúdos foram dispostos de forma cronológica e visual.

Raíssa Galvão explica que o processo de cobertura teve início na experiência do **Fora do Eixo**, que cobria eventos de cultura. “A gente desenvolveu no **Fora do Eixo** uma tecnologia de divulgação, tínhamos estruturado todo um sistema de comunicação que atuava para a cultura”. Após a criação da **Mídia NINJA**, foram incorporadas as técnicas da cobertura de cultura e adaptadas para a cobertura política e de movimentos sociais. Dar voz e visibilidade aos movimentos sociais é o objetivo do coletivo: “Fazer uma produção jornalística diferente, com uma abordagem mais próxima do que a gente acreditava, dando ênfase para as pautas que a gente acreditava”. Ela afirma que a **Mídia NINJA** nunca afirmou ser imparcial, eles afirmam serem parciais e estarem do lado dos movimentos sociais. Para Galvão, a linha editorial é muito clara, pois está do lado dos movimentos sociais. Com essa parcialidade conseguimos alcançar o nosso objetivo de abrir espaço para novas narrativas, que não estão sendo mostradas nas grandes mídias. O raciocínio da **Mídia NINJA** é similar ao de Abramo, que defende que o jornalismo não seja imparcial, uma vez que os veículos jornalísticos devem orientar os cidadãos (ABRAMO, 2003).

Em comparação, a imparcialidade é vista de forma diferente no **Jornal da Cidade**. Hilário afirma que o jornal não expõe intencionalmente parcialidade, pois é um jornal plural. Segundo ela, opiniões são emitidas apenas da página de Opinião. “A linha editorial aqui é visando a neutralidade”. Para Hilário, o repórter pode ter seu viés político, mas na hora que está trabalhando para o jornal deve se manter isento (HILÁRIO, 2017). Já Singer, quando

questionada sobre a questão da parcialidade, afirmou: “A gente tem sempre isso na cabeça tem que ter pluralidade, tem que ouvir outro lado, mas muitas vezes a gente escorrega ou faz mal feito. Então, existem erros, não tenho dúvida nenhuma” (SINGER, 2018).

Renata Mielli também expressou seu ponto de vista sobre a questão da imparcialidade no jornalismo. Para ela, essa questão é mistificada na sociedade e é necessário explicá-la:

“A comunicação neutra e imparcial é impossível. Você pode até buscar objetividade, mas objetividade não pressupõe que aquele conteúdo está ausente de valores. Objetividade significa você dizer “uma manifestação aconteceu do MASP até a Praça da República”, isso é uma objetividade. Se você disser “uma manifestação saiu mais ou menos da região da Paulista chegando mais ou menos na região central da cidade”, essa não é uma afirmação objetiva, mas a objetividade termina aí, imparcialidade é outra coisa. Imparcialidade e neutralidade significam qual seu ponto de vista acerca daquilo, como você vai narrar essa manifestação, quem serão as pessoas que vão dar opinião sobre o que está acontecendo, quem serão os porta-vozes daquela notícia. Os meios de comunicação hegemônicos não garantem pluralidade na hora de fazer o tratamento de uma informação... O bom da mídia alternativa é que ela não diz que está buscando a imparcialidade, ela informa as pessoas de que não existe neutralidade, porque imparcialidade e neutralidade são impossíveis. Os meios de comunicação que, por exemplo, são sustentados por publicidade privada que têm interesses econômicos, os meios não são neutros, eles têm um lado. Acho que seria mais honesto se as pessoas que recebem formação de um veículo fossem conscientes de que tipo de opinião, que tipo de interesse e posicionamento aquele grupo tem na sociedade. Em outros países é assim, e isso é muito democrático” (MIELLI, 2018).

Sobre o processo de cobertura, Singer afirma que há dificuldade para lidar com as fontes, porque em 2013 houve um protesto horizontal, sem liderança e com demandas diferentes. Por isso em 2016 foi mais fácil de cobrir as manifestações, pois havia a liderança do Movimento Estudantil: “Eu acho que é diferente na invasão das escolas, porque nas escolas foi um movimento mais organizado”. Para ela, “Em 2013 as discussões maiores eram: isso é vandalismo ou é um protesto legítimo? Nos protestos das escolas, a discussão era: é democrático tomar as escolas?” (SINGER, 2018).

Para Sanches, o motivo objetivo da realização dos processos de cobertura e das publicações sobre o movimento era fazer as pessoas entenderem demandas que levaram às ocupações. “Como foram feitas muitas denúncias contra a ocupação, a gente queria mostrar um outro lado, tem vários vídeos com a gente limpando o banheiro e cuidando da escola. Como fomos muito difamados na internet, também queríamos usar a internet para mudar isso”. Sanches também demonstra desconfiança em relação à mídia corporativa: “quando se trata de

movimento estudantil e de movimentos sociais, em geral é totalmente distorcido”. Segundo ela, já aconteceu de distorcerem as falas dos estudantes em matérias jornalísticas. Sanches afirma que o **JC** dá preferência para entrevistar a dirigente de ensino, do que os estudantes, e que o repórter de uma emissora de televisão local, ao descobrir que não poderia fazer imagens dentro da ocupação, se recusou a realizar a cobertura e os chamou de “vagabundos”. “Depois que a ocupação acabou, eles foram lá na escola e filmaram um fogão sujo, falando que os vândalos deixaram o fogão sujo”. Para ela, a mídia teve uma grande resistência ao cobrir as ocupações, e quando cobriu, distorceu os fatos. Nas reuniões do Movimento Estudantil, era estipulado quem ia falar com a mídia, para tentar prevenir distorções (SANCHES, 2017).

Mielli vê a cobertura feita pelos estudantes como positiva, pois por meio dela foi possível gerar informações sobre o dia-a-dia das ocupações e sobre o que estava acontecendo lá dentro. A cobertura foi “importante para, de alguma maneira, anular aquela tentativa de imposição de um medo do que poderia acontecer com os estudantes e de colocar a sociedade contra o movimento. Porque muitas pessoas passaram a ter informação, a partir dos próprios estudantes ocupados” (MIELLI, 2018). Mielli afirma que a mídia tradicional, em maioria, manteve um tom de criminalização das ocupações, tanto nas redações de jornais quanto nas emissoras de televisão. “Eles chamavam de “invasão”, poucas vezes utilizaram o termo “ocupação”, e a gente diz que no jornalismo as palavras não são vazias de sentido, dependendo da palavra que você usa você dá um tipo ou outro de conotação” (MIELLI, 2018). Ela afirma que o uso conotativo das palavras influencia opinião pública. Segundo ela, a imposição do medo realizada pela mídia tradicional estava colocando a sociedade e os pais dos estudantes ativistas contra os próprios filhos.

Singer afirma que a mídia radical teve presença importante durante as manifestações em 2013 e 2016, porque eles não eram neutros, estavam do lado dos manifestantes e mostravam outras visões. “Eles estavam acompanhando dos manifestantes e tinham posição privilegiada, faziam longuíssimas transmissões, eu acho que isso contribuiu bastante” (SINGER, 2018). Para ela, houve má vontade e agressividade em relação à imprensa, em 2013 e em 2016 também, porém em menor grau (SINGER, 2018). Para Singer, nem a mídia radical nem a corporativa conseguiram interpretar e gerar boas explicações para o fenômeno que cobriram. Sobre o processo de cobertura da **Folha de S. Paulo**, Singer explica que não há mudança técnica, mas

sim um acúmulo de experiências. “A experiência vem na forma de entender o fenômeno, o fazer mesmo, era de um jeito e continuou igual” (SINGER, 2018). Ela ressalta que se deve ter atenção não somente na apuração da informação, mas em que tom conotativo dar a cobertura.

4.3 Os perfis da mídia radical e da mídia corporativa: organização das plataformas que compõem os veículos midiáticos

A última tabela realizada é referente às plataformas e as informações comparativas também foram organizadas em ordem cronológica. Esse conteúdo é relacionado às plataformas em que a informação é divulgada e o equipamento necessário para a realização das coberturas. Hilário afirma que não há muita diferença entre as plataformas e ferramentas usadas em 2013, em comparação com as do ano de 2016 (HILÁRIO, 2017).

Galvão relata que, na Mídia NINJA, os equipamentos utilizados eram câmeras, celulares e notebooks. Durante o período de 2013 à 2016, houve compra de câmeras melhores, para serem utilizadas pelo coletivo. Ela relata um aprimoramento das plataformas, pois antes era utilizado o **Facebook**, o **Twitter** e o **Flickr**, sendo o **Twitter** o que menos era utilizado, segundo Galvão. Já em 2016:

“Fizemos mais ao vivo no **Facebook**, e pouco no **Twitter**, usamos o **Periscope** e deixamos de usar o **Twitcasting**, usamos também o **Youtube**, o **Instagram**, o **Medium** e o **Flickr**. O **Youtube** já era usado em 2013, mas aprimoramos mais ele, no sentido de ter conteúdos mais qualificados e vídeos mais temporais com pautas específicas... Temos um site que foi criado em 2014, mas em abril de 2017 lançamos um novo site que é o midianinja.org, que por enquanto está mais voltado aos colunistas. Outro detalhe é que hoje em dia conseguimos tratar a foto direto do celular, em 2013 tínhamos que passar para o computador. A gente entrou em junho de 2013 com 6 mil seguidores e saímos do mês com 300 mil. Em 2016, o alcance da plataforma melhorou, porque temos mais plataformas com abordagens e estratégias diferentes e temos um alcance mais alto que naquele período. Hoje temos um milhão e meio de seguidores” (GALVÃO, 2017).

Portanto, conclui-se que houve uma renovação em relação à utilização das plataformas da **Mídia NINJA**. Como apontado por Galvão, há uma busca pelo aprimoramento.

Quando as editoras foram perguntadas sobre o perfil do público, cada uma utilizou uma visão diferente para categorizar esse perfil. Hilário classificou o público do jornal por mecanismos de classe econômica e faixa etária, enquanto Galvão classificou o público por viés político.

“O público do impresso é um público mais velho e de classe B. O público do online é um público mais jovem e de várias classes sociais” (HILÁRIO, 2017). Já Galvão explica que, em 2013, o público era muito diverso, ocupando várias linhas ideológicas. Em 2016, o perfil do público havia mudado, o público se especificou mais em uma audiência de esquerda. A sociedade se dividiu mais, está mais polarizada e nós estamos muito fortes nesse campo progressista” (GALVÃO, 2017).

A respeito de tratamento e edição de imagens, ambas as editoras afirmaram que há um tratamento estético. Hilário afirma que são tratadas as imagens que estão muito escuras ou com granulagem (HILÁRIO, 2017). Galvão conta que a Mídia NINJA possui um forte apuro estético, visando a qualidade da imagem (GALVÃO, 2017). No grupo **Folha**, Singer afirma que não há alteração nas fotos, apenas correção de foco e cortes, quando necessários (SINGER, 2018). Já na mídia radical, em 2016, Sanches afirma que as fotos publicadas não passavam por edição, apenas o vídeo produzido, que foi uma paródia musical, recebeu edição³⁸ (SANCHES, 2018).

Singer também comentou sobre as plataformas e equipamento da **Folha de São Paulo**:

“As plataformas utilizadas pela **Folha de S. Paulo** são o jornal impresso e online. Tudo que sai no impresso sai no online em formatos diferentes e é fechado para assinante. Quem faz a cobertura da **Folha** é um fotógrafo e um repórter. Filmagem é quando dá, pois não temos câmera que filme suficiente. Repórter utiliza gravador ou celular e o fotógrafo a câmera” (SINGER, 2018).

Singer apresentou dados numéricos sobre a audiência da jornal **Folha de S. Paulo**. Ela afirma que, no ano de 2018, a circulação do impresso foi de 281 mil exemplares por dia e a da plataforma online foi de 28 milhões de visitantes por mês. Singer afirmou não possuir dados sobre 2013 e 2016.

A plataforma utilizada pelo **Movimento Estudantil Secundarista de Bauru** foi somente a página criada no Facebook, segundo Sanches, e lá que eram divulgadas todas as publicações. Ela afirma que essa plataforma obteve 5 mil visualizações “o que é algo muito grande para

³⁸ Disponível em:

<https://www.facebook.com/Movimentoestudantilsecundaristadebauru/videos/1097174680403659/UzpfSTkwMTcxNTMzNjYxNjI2MjoxMTA0NTczNjY2MzMwNDI3/> acesso do dia 20/05/2018.

uma página tão recente, foi muito significativo...” Como equipamentos, eram utilizados celulares para fotografar, produzir e publicar conteúdos (SANCHES, 2018).

4.4 Comparações entre os padrões da cobertura do Jornal da Cidade em 2013

Na tabela comparativa, que contém informações sobre as plataformas utilizadas nas duas formas de mídia, foram dispostos os conteúdos publicados durante os períodos estudados. Primeiramente, foi categorizado o conteúdo da mídia corporativa em comparação com o da mídia radical em 2013 e, em seguida, o conteúdo referente a 2016. As informações organizadas dessa forma, em tabelas, possibilitaram um acompanhamento cronológico das produções de conteúdo das mídias corporativa e da mídia radical.

A partir da análise dos dados foi possível perceber variações conforme o padrão da cobertura do **Jornal da Cidade**. Essas variações estão diretamente relacionadas com os temas que o jornal aborda em suas notícias e reportagens. Um exemplo de variação no processo da notícia é o fato de haver uso de adjetivos, principalmente adjetivação de carga negativa, em matérias relacionadas à greve dos motoristas, mas não haver em relação aos manifestantes dos protestos de rua, em 2013. Um exemplo do uso da adjetivação, ocorreu no dia 14/06/2013, quando foi divulgada uma reportagem cujo título era: “Propostas do MPT seguram greve”. Nesse texto havia um subtítulo chamado “Reação Explosiva” que fala sobre trabalhadores que são contrários às decisões do Ministério Público do Trabalho (MPT). Portanto, o adjetivo “explosivo” é empregado para trabalhadores com opiniões contrárias ao MPT. O jornal também afirma que o grupo “ameaçou” entrar em greve já na tarde do dia anterior e que o líder do grupo e os advogados tentaram conter os mais “revoltados”, e novamente foi empregado um adjetivo. O texto também adjetiva o motorista Richard de Cruz Fernandes como sendo “exaltado”, também foi escrito que ele “bradou” que haveria protestos.

O uso de adjetivos também ocorreu no dia 27/06/2013. Na capa do jornal há uma manchete sobre a greve: “Motoristas abrem catracas por três horas em horários de pico”. No texto que acompanha a manchete está escrito que a “novela” da greve se prorroga, mas com “novos capítulos”. Apesar, da palavra “novela” ser um substantivo, nesse contexto ela é utilizada

como adjetivação, uma vez que é uma expressão de senso comum denominar algo que é “enrolado” ou “dramático” como “novela”.

Como mencionado anteriormente por Mielli, no Jornalismo, as palavras não são vazias de sentido, por meio da seleção das palavras escolhidas é possível induzir a conotação da informação. Para Mielli, a mídia tradicional costuma empregar sentidos conotativos que criminalizam os movimentos sociais. “É uma mídia que defende interesses que impactam na retirada de direitos conquistados pelos trabalhadores, tentam atentar contra os direitos sociais, propagam o preconceito... tem como consequência o aumento da intolerância na nossa sociedade” (MIELLI, 2018).

A cobertura realizada sobre as greves dos caminhoneiros tinha um viés conotativo diferente devido à escolha das palavras utilizadas e também devido ao enfoque das pautas. O enfoque dos textos jornalísticos do jornal estava nos prejuízos que a greve causava à população, porém não foi dado o mesmo enfoque às demandas dos motoristas em greve. Como consequência, do dia 22 ao dia 28, que foi o período de cobertura mais intensa sobre o tema da greve, o leitor do **JC** não teve acesso aos motivos que impulsionaram os motoristas a manterem a greve, pois as informações sobre as negociações dos motoristas foram tratadas de forma superficial. No dia 28, em que a greve foi encerrada, foi realizado um balanço de todas as demandas dos motoristas e do que eles realmente tinham alcançado. Assim, somente quando a greve foi terminou que os leitores tiveram acesso aos dados sobre as negociações entre as empresas, o Ministério Público do Trabalho e os motoristas. Nessa notícia foram revelados os valores específicos de cada pauta requisitada pelos motoristas e quanto dessas demandas foi atendido.

Exemplos da cobertura realizada sobre a greve foram as notícias do dia 22/06/2013, quando o **JC** trouxe como manchete principal de capa uma notícia sobre a greve dos motoristas cujo título é: “Tribunal obriga volta do circular”. A linha fina é: “Coletivos não saíram das garagens por conta da greve dos motoristas, mas TRT determina retorno do serviço”. Na página 10, foi publicada a reportagem, o título principal é: “TRT determina volta dos circulares”. A linha fina é “Tribunal impôs multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento, mas, sem serem notificados, motoristas mantêm greve”. Ao lado direito está uma imagem grande que mostra pessoas no ponto de ônibus e a legenda é: “Usuários do

transporte coletivo deixam ponto de ônibus na Nações Unidas após ficarem sabendo do movimento”. O texto informa que O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decidiu pelo encerramento da greve e pelo retorno imediato dos motoristas. A justiça não havia conseguido encontrar o líder da comissão, Valter Dutra, e por isso a paralisação continuou. Contudo, ao mesmo tempo, o **JC** publicou a fala de Dutra:

“Localizado pela reportagem, Dutra afirmou que pretende recorrer da decisão... De acordo com Nico Mondelli, presidente da Emdurb, todas as informações foram prestadas ao TRT para que Dutra pudesse ser localizado. “Demos os endereços residencial e de trabalho dele. Fizemos e estamos fazendo tudo o que está ao nosso alcance” (JC, 2013).

Não é explicado o porquê do jornal ter localizado Dutra e do tribunal não o ter encontrado. O jornal ressaltava que se os trabalhadores não voltassem poderiam ser demitidos por justa causa, e o foi feito um “olho” para evidenciar a multa diária de 100 mil reais ao sindicato. Foi criado um subtítulo nomeado “Fora da Lei”, pelo qual conota-se os grevistas não estão agindo conforme a lei. O texto traz a fala do presidente da Emdurb, Nico Mondelli, que afirmou: “Só espero que eles voltem a trabalhar amanhã (hoje), porque, se não, a situação deles começa a se complicar diante do tribunal”. Também há a fala do vice-presidente do TRT, Henrique Damiano, que afirmou que a greve é motivada por disputa sindical, porém o **JC** não traz informações sobre os motivos que baseariam a disputa sindical apontada por Damiano.

Abaixo, na mesma página, está o título: “No 1º dia, nenhum circular sai das garagens”. A reportagem tem uma imagem com a seguinte legenda: “Categoria dos motoristas se reuniu em frente à garagem na expectativa de negociar com as empresas”. Nessa reportagem, o **JC** informa que nenhum ônibus saiu da garagem no primeiro dia após a decisão do TRT. É noticiado que os motoristas queriam circular com 30% da frota e “o grupo teria exigido que as empresas se responsabilizassem pela segurança dos trabalhadores e por possíveis danos aos veículos em circulação, o que não foi aceito” (JC, 2013). A Polícia Militar foi entrevistada e disse que a cidade não tem histórico de apedrejamento: “É preciso tomar cuidado com o oportunismo nessas ocasiões. Podemos criar um clima não verdadeiro”, afirmou o capitão da PM. O **JC** não explica o porquê da Transurb não ter aceitado responsabilizar-se pela segurança dos motoristas. A fala do capitão da PM que acusa os trabalhadores de

“oportunismo” também não é explicada ou questionada. No final do texto é informado que alguns moradores ameaçaram danificar os coletivos.

No dia seguinte 23/06/2013, o **JC** dedicou uma página inteira para falar da greve dos motoristas e estipular quais são as consequências dela. Um dos títulos presentes na página é: “Líder da paralisação some”. O texto aborda novamente a questão do tribunal não conseguir localizar o grevista Valter Dutra, porém o texto afirma que a equipe do jornal também não conseguiu encontrá-lo. No entanto, no dia anterior, a edição do jornal contava com a resposta dada por Dutra sobre a decisão do tribunal. O **JC** não informa que Dutra afirmou para o jornal que pretendia recorrer da decisão e também não faz ligações informativas com a matéria publicada no dia anterior.

Outra temática constante durante a cobertura da greve, referia-se às consequências para o comércio e para a população. No dia 22/06/2013, foi publicada uma reportagem cujo título é: “Greve altera rotina do bauruense”. A linha fina é “Usuários, comércio central, empresas e motoristas de carro sentiram os efeitos da paralisação dos ônibus”. Nesse texto são expostos depoimentos de pessoas que foram prejudicadas, essas que tiveram que andar até o trabalho, dormir fora ou não conseguiram chegar no serviço. É contada a história de uma senhora que caminhou com os netos para levá-los à escola.

GERAL

Greve altera rotina do bauruense

Usuários, comércio central, empresas e motoristas de carro sentiram os efeitos da paralisação dos ônibus

Marcelo Tonelli
Com Tisa Moraes

O primeiro dia de greve do transporte coletivo de Bauru alterou a rotina dos moradores. Os transtornos não se restringiram aos cerca de 100 mil usuários do serviço na cidade, mas se estenderam ao comércio central, às empresas e até àqueles que saíram de casa de carro e precisaram de paciência extra para trafegar nos horários de pico.

Com o joelho deslocado, a balconista Ana Carolina Macedo, 31 anos, reclamava sobre a falta dos transportes logo no início da manhã. "Saí às 4h do serviço e não sabia que teria greve. O jeito é ir a pé até a consulta médica no Centro. Quando mais precisamos, os ônibus param", lamenta a mulher, que ficou por quase duas horas aguardando a coletivo em um ponto na avenida Nações Unidas.

"É muito ruim isso, e é sempre assim: tive que ligar para o meu chefe e avisar que não tenho como ir. Sem ônibus, os mototaxistas estão cobrando R\$ 35,00 para me levar, quando eu normalmente pago R\$ 12,00", reclama a auxiliar de serviços gerais Eliana Marques, 47 anos, que trabalha em um hospital localizado na rodovia Comandante João Ribeiro de Barros e esperava ônibus na avenida Rodrigues Alves, esquina com rua Gustavo Maciel, desde às 5h30.

O JC percorreu alguns pontos da cidade para verificar a situação nos pontos de ônibus. Por volta das 9h, parte dos pontos localizados no Jardim Redentor estava vazia. Em toda a avenida Cruzeiro do Sul, a situação não era diferente.

Entretanto, em alguns locais, pessoas permaneciam à espera da condução, como é o caso dos desenvolvedores de software Alan Zanone, 22 anos, e Daniel Sugimoto, 23 anos, que aguardavam em um ponto de ônibus no Núcleo Geisel. "Não sabíamos que hoje (ontem) teria greve. O jeito é irmos a pé para o serviço".

Corrida

tos também esperavam pelos coletivos na altura da quadra 18, por volta das 10h.

A falta de ônibus deixou o tráfego intenso em algumas avenidas e até na rodovia Marçal Rondon, nos horários de pico. Algumas pessoas optavam por bicicletas e pelas caminhadas para não arcar com o alto preço das conduções alternativas.

Por volta das 17h30, a situação se repetiu. Com as ruas do Centro congestionadas, os motoristas tiveram de ter paciência para conseguir voltar para casa. Muitos usuários que dependiam do transporte coletivo decidiram fazer o trajeto a pé, como foi o caso de Ana Valéria Calciolari, 42 anos.

Moradora do Núcleo Gasparini, ela trabalha em um bufê no Jardim Bela Vista e precisa buscar, diariamente, os netos Kauã, 4 anos, e Ana Vitória, 3 anos, na escola onde estudam, nos Altos da Cidade. Sem dispor de carro e sem poder transportar as crianças em mototáxis, resolveu trazê-los a pé da escola até a empresa onde ela trabalha.

"É o trajeto mais curto. A gente dormiu no bufê hoje (ontem), porque já sabia que não teria ônibus. E vamos dormir hoje de novo. Não dá para ir a pé até o Gasparini", explica. Dos Altos até o Jardim Bela Vista, ela e os netos fizeram cerca de uma hora de caminhada.

Prejuízo para o comércio

Com a paralisação de todos os circulares na cidade, o comércio central de Bauru também foi afetado. Segundo cálculos da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o movimento no Caladão da Batista de Carvalho e em ruas transversais caiu cerca de 30%, com redução de 20% nas vendas.

"É uma diferença considerável, que é sentida pelos lojistas. Mas nossa maior preocupação é com o sábado, o



Ana Valéria Calciolari caminhou por uma hora com os netos, Kauã e Ana Vitória, do Bela Vista ao Altos da Cidade



Abuso

Na tarde de ontem, a reportagem ligou para sete empresas de mototáxi e, sem se identificar, perguntou o preço da corrida para o Centro da cidade, partindo de diferentes bairros. Em todas, o preço cobrado variou de R\$ 6,00 até R\$ 10,00. Em uma delas, o funcionário reconheceu que o preço inflacionou devido à greve dos ônibus. "É R\$ 10,00, mas geralmente a gente cobra R\$ 8,00", revelou.

Segundo o decreto municipal número 10.455, de 30 de maio de 2007, o valor do serviço de mototáxi é de R\$ 5,00 para a chamada bandeira 1, entre 6h e 20h. Nos demais horários, são cobrados R\$ 6,00 pela bandeira 2. Denúncias de abusos por mototáxis devem ser feitas por meio do telefone de fiscalização da Emdurb: (14) 3233-9091. (TM/MT)

Empresas locam vans

Conforme o JC apurou, muitas empresas tiveram de alugar vans para fazer o transporte de funcionários que, sem transporte coletivo, não tinham como ir para o trabalho. Foi a decisão tomada por várias unidades do Distrito Industrial, por exemplo.

Em uma delas, trabalha a auxiliar contábil Tatiana Veríssimo, 26 anos, que optou por carona para ir e voltar para casa.

"Meu pai me levou e, na volta, vim com um colega

Página do JC no dia 22/06/2013.

Nas edições dos dias 22, 23 e 27, o jornal trouxe informações sobre a queda nas vendas do comércio e prejuízos para lojistas. Em uma dessas páginas estava o título "Comércio sente queda nas vendas", com a linha fina: "Melhor dia da semana para os lojistas, ontem foi marcado por movimento fraco por causa da greve dos ônibus". O texto afirma que a greve "atingiu em cheio o comércio central da cidade" e ressalta que o Ministério do Trabalho (TRT) já havia decretado o retorno dos circulares, mas isso não foi feito. Foi incluída a fala de uma comerciante que teve um prejuízo de 80% nas vendas e de uma operadora de caixa que relatava que estava indo a pé para o trabalho. Na mesma página, também há o subtítulo "Mês sacrificado", que traz a fala do presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Bauru, Alceu Camargo, que afirma que a greve dos ônibus poderia causar uma queda de 10% nas vendas em relação ao ano anterior.

Posteriormente, foi publicada uma nota cujo título é: "Comércio estuda pedir indenização na Justiça". No texto é afirmado que o comércio estava "Amargando prejuízos desde a greve dos

motoristas”. Foi informado que os comerciantes desejam entrar com um processo de indenização pelas empresas responsáveis pelo transporte urbano, devido à queda nas vendas.

No dia 24/06/2013, o **Jornal da Cidade** dedicou uma página inteira para publicar conteúdos sobre as consequências e prejuízos da greve dos motoristas. O título principal é: “Falta de coletivos pode afetar 100 mil”. No texto ressalta-se que a liderança do movimento grevista alegava falta de notificação sobre a decisão judicial. Após o subtítulo chamado “Na ilegalidade”, informa-se que a greve é ilegal, pois a sua legalização dependeria de estar em circulação 30% da frota de ônibus. Há uma nota com o título “Greve deve afetar cofres públicos, diz prefeito”. Na nota informa-se que a greve de 100% do transporte coletivo não afeta somente a população, mas também gera prejuízos financeiros para a prefeitura. Posteriormente, foi publicada uma notícia cujo título é “Movimento cai no Pronto-Socorro e até na feira”. Na reportagem foi divulgado que os coletivos parados trouxeram transtornos para quem precisava de atendimento médico.

No dia 27/06/2013, também foram publicados depoimentos de pessoas que foram prejudicadas pela greve dos motoristas. Foram expostas três imagens que retratam os cidadãos prejudicados e uma das legendas é: “Claudia Xavier relata dias extenuantes sem ônibus”. Abaixo, está o título “Mais do mesmo”, que traz depoimentos sobre pessoas que passam dificuldades com a falta de transporte. Depois, foi colocado o título “Já Deu”, há uma foto de uma usuária com a seguinte legenda: “Ângela Santos caminhou uma hora e meia para ir ao posto do Redentor”. Na nota “Milhares ficam sem ônibus de manhã”, o texto também vem acompanhado da foto de um usuário e traz o depoimento de um funcionário que andou do Mary Dota até a Unesp. Por último está o título “Dormindo Fora” que conta a história de uma jovem que tem que dormir fora devido à falta de ônibus.

Ao comparar a cobertura do movimento grevista em relação aos manifestantes percebe-se diferenças conotativas. O discurso relativo aos protestos de rua de 2013 tinha um caráter de apoio. Por vezes, os textos do jornal tinham envolvimento parcial explícito com o tema. Já, a greve era tratada com palavras e sentidos pejorativos. Além disso, em relação aos protestos de rua, as críticas eram mais amenas, pois os prejuízos causados por ela, como engarrafamentos, não eram destacados. No dia 22/06/2013, quando houve pichações de 17 ônibus da Transurb

durante uma manifestação, o **JC** trouxe a fala de um capitão da polícia que acreditava se tratar de um evento isolado. Depois, foi ressaltado que a manifestação havia sido pacífica.

4.5 Comparações entre os padrões de cobertura de 2013 e de 2016 no Jornal da Cidade

A tabela abaixo é referente ao número publicações da mídia radical e da mídia corporativa e aos módulos que as reportagens ocuparam, durante os períodos de 2013 e 2016.

Tabela 1

	Mídia Radical	Mídia Corporativa	Espaço cedido em módulos em páginas do Jornal da Cidade
Junho de 2013	20	153	1018,5
Outubro de 2016	52	26	174,7

A tabela abaixo refere-se relevância das reportagens do **Jornal da Cidade** em relação à hierarquização das notícias:

Tabela 2

	Manchetes principais em capa	Manchetes que não são as principais, mas com destaque em capa	Manchetes com menos destaque em capa	Matérias principais em páginas internas	Matérias que não são as principais em páginas internas, mas têm destaque	Matérias que não têm destaque em páginas internas	Charges
Junho de 2013	6	19	10	33	40	33	12
Outubro	0	1	2	10	6	3	4

de 2016							
---------	--	--	--	--	--	--	--

Ao analisar as tabelas acima é possível avaliar que o **Jornal da Cidade** publicou 133 vezes a mais sobre manifestações em 2013 do que em 2016. Os níveis de relevância em 2013 também foram mais altos, pois em outubro de 2016 não houve nenhuma manchete principal em capa. Além disso, numericamente, o número de manchetes em capa reduziu. Foram 32 publicações a menos entre os dois períodos. Em 2016, quanto ao espaço cedido também há grande diferença, pois dedicou-se 843,8 módulos a menos em relação ao período de 2013.

Em relação aos temas das manchetes em capa, em 2016, três das quatro manchetes eram sobre assuntos relacionados às ocupações e não sobre a ocupação em si. Esses títulos eram referentes aos motivos pelos quais as ocupações ocorreram. Ao exemplo do dia 10 de outubro, quando a manchete foi “Bauru: escola vai discutir as reformas”. Nas outras duas notícias de capas abordou-se novamente a reforma do ensino médio (MP 746) e também os cortes nas verbas do governo (PEC 241). A manchete de capa que mais se relaciona às ocupações é a do dia 25 de outubro, que se refere a um acontecimento ocorrido dentro de uma escola ocupada, o título é: “Adolescente é morto em escola ocupada”. Constatou-se que o **JC** apenas comentou sobre as ocupações em uma capa quando a notícia foi extremamente impactante e trágica.

Além disso, há outras diferenças no padrão comportamental de ambas as mídias entre os períodos selecionados. Em junho de 2013, o **JC** iniciou a cobertura sobre as manifestações sociais em Bauru no dia 11 de junho, antes da mídia radical. A primeira publicação da mídia radical sobre as manifestações em Bauru foi realizada no dia 17 de junho, pela página da **Mídia NINJA** no **Facebook**, que veiculava informações de âmbito nacional. Em 2013, todos os protestos em Bauru que foram noticiados pela mídia radical também foram noticiados pela mídia corporativa.

Já em 2016, houve mudanças no comportamento das duas mídias. A mídia radical foi a primeira a informar sobre as manifestações. No dia 1º de outubro, como mostrado anteriormente, a página no **Movimento Estudantil Secundarista de Bauru** fez uma publicação convidando as pessoas para comparecerem ao “Ato Contra a Reforma do Ensino Médio”, que ocorreria no dia 5 de outubro em frente à Câmara Municipal de Bauru. O **Jornal da Cidade** não noticiou que ocorreria a manifestação e também não cobriu do ato. A cobertura ficou registrada através de uma foto compartilhada pelos estudantes no dia 5 de outubro, que mostrava a manifestação. A página do **Movimento Estudantil Secundarista de Bauru** também realizou publicações sobre um debate público sobre a Reforma do Ensino Médio que ocorreu no dia 8 de outubro. No dia 7 de outubro, a página noticiou que já haviam 54 escolas ocupadas em todo o Brasil. O **Jornal da Cidade** não noticiou nenhuma dessas informações, sendo a primeira notícia publicada no dia 10 de Outubro, informando que a Diretoria de Ensino de Bauru afirmou que as escolas iriam discutir as reformas. Porém, não foi mencionado o movimento estudantil de Bauru ou entrevistado algum aluno ou professor envolvido com a pauta dos manifestantes.

A mídia radical forneceu atualizações sobre o número de escolas que estavam sendo ocupadas no país durante o período selecionado pela pesquisa. No dia 10 de outubro em que foi compartilhada uma imagem da **Mídia NINJA**, na qual se informava que 103 escolas estavam ocupadas no país, conforme dados da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). No dia 14 de outubro, também foi informado por meio de um infográfico compartilhado da página Deboas na Revolução informou-se que 329 escolas e universidades estavam ocupadas no país, entre outros exemplos mencionados anteriormente. Houve um hiato, do dia 1º ao dia 26 de junho, em que o **Jornal da Cidade** não informou sobre atualizações numéricas das ocupações no Brasil. Durante o período avaliado, o **JC** produziu uma atualização numérica sobre as ocupações no país e no dia 26 de outubro, foi informado que 1022 escolas estavam

ocupadas no país, segundo a UBES. Também não foram veiculadas convocações ou coberturas midiáticas sobre a “Reunião Aberta do Comitê de Luta Contra a Reforma do Ensino Médio”, que foi publicada na página do Movimento Estudantil de Bauru, no dia 22 de outubro. Durante o período selecionado para a pesquisa não houve avisos prévios, no **JC** sobre nenhuma manifestação que estivesse sendo divulgada e organizada pelo Movimento Estudantil. Esse comportamento se expressa de maneira diferente à forma de cobertura realizada em 2013, quando eram realizadas convocações e avisos prévios de manifestações, ao exemplo dos dias 19, 27 e 29 de junho, mencionados anteriormente.

Pelo conteúdo do jornal, selecionado pela pesquisa, foi possível constatar que o padrão de diagramação do **Jornal da Cidade** consiste em um grid de seis colunas. No segundo capítulo também foi apontada a constante quebra desse padrão durante a cobertura de junho 2013. Já em 2016, todas as matérias analisadas sobre as manifestações estavam dispostas na forma padrão de diagramação do **JC**, sem a utilização de destaques. Há uma ressalva para a página do dia 20 de outubro, cujo título é “Reforma inflama debate sobre o ensino”. Nesta página há um “chapéu” colorido em que está escrito “Série Educação e Vocação”, sendo o único elemento que a difere das demais matérias no período. Os espaços cedidos para a diagramação das notícias sobre as ocupações também diminuíram de tamanho, ao exemplo das notícias dos dias 21 e 25 de outubro. Nessas datas foram publicadas 3 notas sobre as ocupações. No dia 21, foram disponibilizados 5 módulos e, em outra página, 7 módulos, no dia 25, foram 5 módulos e no dia 26, foram 4 módulos. O padrão da modulagem demonstrou redução em relação ao período de 2013. Duas das notas mencionadas informavam sobre protestos ocorridos em Bauru e estavam no canto inferior das páginas, ocupando menos de um quarto de página e com uma pequena imagem. Também no dia 25, foi informado sobre o estudante que morreu em uma ocupação no Paraná e essa a nota também ocupou menos que um quarto de página.

No dia 25/10/2016, o **JC** publicou pela primeira vez uma manchete relacionada às ocupações estudantis, como mencionado. O título é: “Adolescente é morto em escola ocupada”. O jornal ainda não havia noticiado nenhuma informação sobre as ocupações estudantis que estavam acontecendo no restante do país e segundo a mídia radical, no dia 16/10/2016 já haviam 516 ocupações no Brasil. Na parte interna do jornal, o título é: “Estudante é morto por colega em escola ocupada do Paraná”. O texto afirma que um adolescente de 16 anos foi morto em uma escola ocupada há 20 dias, em Curitiba. Os estudantes teriam usado “bala”, uma droga sintética, dentro da escola, então eles teriam se desentendido e um atacou o outro com uma faca de cozinha. O assassino pulou o muro e fugiu, depois foi pego pela polícia. Em seguida, a escola foi desocupada.

Renata Mielli abordou de maneira crítica a posição da mídia corporativa ao cobrir as ocupações dos estudantes: “A mídia manipulou de todas as maneiras possíveis aquele movimento, tentando colocar a sociedade contra os estudantes, tentando principalmente criar um clima de medo para colocar os pais dos estudantes contra os estudantes” (MIELLI, 2018)³⁹. O fato da única manchete em capa sobre ocupações ser “Adolescente é morto em escola ocupada”, caso que ocorreu no Paraná, pode ter auxiliado a causar o clima de medo que Mielli afirma, já que não houve outras manchetes sobre o tema em capas anteriores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa foi possível compreender, de forma mais aprofundada, os perfis da mídia radical e da mídia corporativa. Também foi possível verificar as diferenças entre ambas as mídias estudadas, suas características relacionadas à gestão de pessoas, aos processos e às plataformas.

As características da mídia radical postuladas por Downing podem ser observadas no comportamento dos coletivos radicais em junho 2013 e em outubro 2016, em Bauru. Uma característica observada é o fato de os grupos de mídia radical serem de caráter contra-hegemônico, pois em ambos os períodos foram demandadas mudanças em estruturas

³⁹ Informações cedidas para a pesquisadora em entrevista com Renata Mielli, Secretária Geral do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, em 2018.

hegemônicas na sociedade. Em 2013, os coletivos radicais bauruenses reivindicaram o passe-livre e propuseram que a organização da tarifa de ônibus fosse realizada de forma transparente, assim como a implantação de um regime de transparência nos demais serviços públicos. Também houve pedidos feitos pelos manifestantes que reforçavam as com pautas dos motoristas grevistas, como ser contrário ao acúmulo de funções de motorista e cobrador. Essas demandas são contrárias às decisões tomadas por instituições públicas e empresas, como a Transurb (Associação das empresas de transporte coletivo urbano de Bauru), a Câmara Municipal e a Prefeitura de Bauru. Portanto, os coletivos midiáticos se posicionaram contra a hegemonia de poder da sociedade bauruense. Em 2016, o coletivo dos estudantes secundaristas também tinham um caráter contra-hegemônico, pois os conteúdos divulgados se posicionavam contrariamente à Medida Provisória (MP) 746, que ditava transformações no ensino médio brasileiro. Os estudantes também se posicionavam de forma contrária à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que previa o corte de verbas para a educação pública.

Outras características teorizadas por Downing foram passíveis de observação prática, como a criação de coletivos midiáticos a partir de movimentos sociais, como são os casos do **Movimento Estudantil Secundarista de Bauru** e do grupo **Bauru Acordou**. Outra característica postulada por Downing é o fato da mídia radical ser mais sensível ou procurar ter maior sensibilidade aos movimentos sociais, como no caso da **Mídia NINJA**, que afirma ter como objetivo a veiculação de informações pertinentes aos movimentos sociais. Assim, preenchem lacunas informativas sobre camadas excluídas da sociedade que não são veiculadas na mídia hegemônica.

Downing também ressaltou a tendência à uma organização mais horizontal nos grupos de mídia radical. Isso também foi passível de observação nos coletivos radicais analisados pela pesquisa. O princípio da organização horizontal foi afirmado pela **Mídia NINJA**, pelo **Coletivo Fora do Eixo**, pelo grupo **Bauru Acordou** e pelos grupos dos estudantes secundaristas. Esses grupos organizam debates e reuniões para tomar decisões sobre as publicações dos coletivos. Tanto a **Mídia NINJA** quanto os estudantes secundaristas expressaram, durante as entrevistas, o desejo de “representarem” um movimento social, expressando as demandas de pessoas que não estejam incluídas no coletivo midiático. Os

estudantes bauruenses tomavam decisões em reuniões com alunos de diversas escolas de Bauru, para que a página divulgasse conteúdos que representassem a categoria estudantil.

Já o perfil demonstrado pela mídia corporativa demonstra uma organização mais hierarquizada. Nas mídias empresariais, o peso de decisão das pessoas é proporcional ao cargo que cada profissional exerce, como na **Folha de S. Paulo**, em que as decisões sobre o que vai ser pauta e manchete são tomadas por pessoas de cargos determinados, enquanto na mídia radical, é relatado uma estrutura de debate e de divisão de tarefas. A autonomia do jornalista na mídia alternativa é maior, pois ele tem poder de decidir o que acredita ser importante e o que deve ser pautado pelo veículo. Logo, o repórter assume uma postura mais próxima a de “criador” e reflete sobre a relevância dos temas, enquanto na mídia corporativa, o jornalista ocupa uma função mais próxima a de “executor”, cobrindo pautas que lhe são demandadas por cargos superiores.

Outra característica que difere os veículos corporativos dos radicais é a questão da parcialidade declarada. Dentre os entrevistados, a editora do **JC** afirma que o jornal é imparcial, enquanto o grupo **Folha** afirmou que, por vezes, existem falhas, mas o objetivo de seus processos é a imparcialidade. Já a mídia radical não se assume imparcial. Porém, é preciso ressaltar que a imparcialidade não é possível de ser realizada, como destacado por Mielli, pois o ser humano atribui significados e por mais que exista a tentativa da neutralidade, todos têm uma bagagem cultural e valores que permearão as nossas decisões durante a cobertura de um acontecimento. Como ressalta Mielli, a imparcialidade é um “mito” e seria honesto que o público tivesse consciência do processo de produção de uma cobertura jornalística. O **JC** afirmou utilizar técnicas para obter neutralidade, porém ao analisar a cobertura do jornal nota-se a parcialidade presente nas matérias. A cobertura realizada pelo jornal tem padrões divergentes que variam conforme o tema, dependendo dos valores pressupostos pelo jornal, ou seja, se a empresa jornalística deseja defender determinada pauta, ou não.

Com a pesquisa, também, foi possível concluir que a mídia radical contribui para o alargamento da esfera pública, uma vez que, como postulado por Downing, aborda assuntos que são ignorados pela hegemonia ou são ridicularizados por ela. Devido à parcialidade da

mídia corporativa, alguns assuntos não são abordados de forma que se divulgue “os dois lados da opinião”, como regrado pela ética jornalística. Assim, a mídia radical surge para suprir essa lacuna, a opinião do “lado” que não é ouvido e que, na maioria das vezes, é o ponto de vista dos indivíduos marginalizados ou das minorias sociais. Por ter maior intimidade com os movimentos sociais, a mídia radical também possui mais conhecimento sobre as pautas deles, sendo possível pautar assuntos desconhecidos pela mídia hegemônica. Ao divulgar essas informações omitidas pela mídia corporativa, a mídia radical amplia a esfera pública, pois divulga e alimenta o debate social com informações desconhecidas pelas demais camadas da sociedade. Em 2016, o leitor do **JC** poderia não tomar conhecimento de alguns atos que estavam ocorrendo pela cidade, pois não foi feita a cobertura dessas manifestações, que foram divulgadas apenas pela mídia radical. Informações sobre o número de ocupações em outras cidades e estados também foram melhor divulgadas e atualizadas pelos estudantes, pois a primeira divulgação do **JC**, nesse sentido, foi publicada no dia 26 de outubro, sendo também a única do período selecionado. A editora da **Mídia NINJA** afirmou, em entrevista, que o objetivo de preencher lacunas informativas sobre os movimentos sociais é uma das prioridades do coletivo. Assim, abre espaço para narrativas que não estariam na esfera pública se não fosse pela existência da mídia radical.

É possível ressaltar, com base nos dados já selecionados, que houve uma regressão por parte da mídia corporativa, na cobertura das manifestações sociais de 2013 em relação à cobertura de 2016. Essa afirmação deve-se à ausência de notícias sobre os protestos realizados pelo **Movimento Estudantil de Bauru** nas páginas do **Jornal da Cidade**. É possível verificar uma regressão na cobertura dos movimentos sociais por parte do **JC** por meio da contagem numérica das publicações, já que houve 133 publicações a menos e o espaço cedido pelo jornal foi reduzido em 843,8 módulos. Também pode-se ressaltar a demora do surgimento de notícias, no **JC**, sobre as ocupações dos estudantes secundaristas. A editora do **JC** atribuiu esse atraso a um desânimo que abateu a redação porque, segundo ela, as manifestações sociais de 2013 não teriam transformado o país para melhor.

Em relação às plataformas e aos processos de cobertura jornalística, a mídia corporativa demonstra estagnação. Com base nas entrevistas, não houve uma tentativa de compreensão das pautas dos movimentos sociais ou uma tentativa de aproximação com os manifestantes.

Em 2013, Singer afirmou que as manifestações foram inesperadas e surpreenderam a imprensa. Em uma de suas colunas como ombudsman, apresentada no segundo capítulo, ela afirmou que essa surpresa demonstrou um distanciamento entre a mídia tradicional e os movimentos sociais. Porém, em entrevista ela também afirma que não foram realizadas mudanças no processo de cobertura, lembrando que o grupo **Folha** é uma organização hierárquica cujas decisões são tomadas pela cúpula do jornal. Hilário também afirmou não haver mudanças nos processos e plataformas do **JC**. Assim, a mídia corporativa afirma detectar os problemas de distanciamento com movimentos sociais e uma certa indisposição de manifestantes com a presença a mídia corporativa na cobertura de protestos. Porém, ainda não foram tomadas providências que visem solucionar esses obstáculos.

Por outro lado, em Bauru, a mídia radical apresenta uma projeção em relação ao período anterior. Essa afirmação se baseia na comparação entre as páginas da **Casa Coletivo Fora do Eixo (FDE)** e do **Bauru Acordou** (2013) com a página do **Movimento Estudantil Secundarista de Bauru** (2016). Houve 32 publicações a mais em 2016. Também houve um aumento na diversidade do formato dessas publicações, foram feitas imagens, vídeos, GIFs animados, música e textos. Os estudantes também interagiram com o público por meio de enquetes, além disso, interagiram com outras páginas ligadas ao movimento estudantil por todo o país. As alunas e alunos divulgaram informações sobre outras ocupações e protestos no Brasil, não somente em Bauru, sendo um diferencial em relação ao comportamento da mídia radical em 2013. As plataformas criadas pelos estudantes foram capazes de fornecer informações inéditas sobre as manifestações na cidade, revelando a importância da página para a divulgação informacional de acontecimentos em Bauru. Devido esses apontamentos, conclui-se que houve projeção em relação ao período anterior.

Em 2013, o **Jornal da Cidade de Bauru** realizou uma ampla cobertura, abordou diversos temas informativos relacionados aos protestos, cedeu espaço na diagramação e deu maior destaque aos movimentos. Também pode-se ressaltar que o jornal manteve-se próximo aos acontecimentos e nenhum protesto deixou de ser noticiado pela equipe do **JC**. Isso demonstra que os desfalques informativos sobre as ocupações de 2016 não foram resultado de uma incapacidade técnica, pois, baseando-se em 2013, o jornal mostrou ter a estrutura necessária para realizar a cobertura de manifestações sociais na cidade. Da mesma forma, há

possibilidade de dar espaço no jornal a essas manifestações na diagramação suas páginas. o que justifica uma reflexão sobre a parcialidade que causou uma regressão na cobertura feita pelo o **JC**, em 2016.

Em 2013, eram publicados avisos prévios que informavam os locais e os horários em que as manifestações aconteceriam. Nas páginas do jornal foram divulgados os “gritos de guerra”, as demandas, os cartazes e bandeiras dos manifestantes. No dia 21/06/2013, divulgou-se que um dos momentos “mais simbólicos” foi quando os manifestantes entoaram o hino nacional, o que demonstra uma cobertura próxima dos movimentos sociais e que divulgava conteúdos que pendiam para a um caráter conotativo emocional, que exaltava os protestos. Outro exemplo dessa conotação emocional de exaltação foi a inserção de um poema em uma reportagem no editorial de Política.

Entretanto, a cobertura do **JC** se mostrou parcialmente contrária à greve dos motoristas de Bauru, pois, as demandas dos grevistas não mereceram destaque no jornal. Além disso, a negociação da categoria com a Transurb só era informada por fontes da empresa. Os entrevistados, geralmente, diziam não entender o motivo dos motoristas estarem em greve, alegavam disputa sindical e ressaltavam a ilegalidade da greve. Também eram destacadas as multas que o sindicato levaria. Não houve espaço para que os grevistas fossem ouvidos sobre sua posição na negociação com a empresa de ônibus. O leitor do jornal só foi informado totalmente sobre as reivindicações da categoria no último dia da greve, quando foram divulgados dados sobre as negociações. Os grevistas pediam aumento salarial, uma comissão de 400 reais por exercerem dupla-função, aumento no valor vale alimentação, estabilidade no emprego e abono dos dias em greve, porém não foram atendidas todas as demandas. Por exemplo, o aumento salarial concedido foi inferior ao requisitado, assim como o valor requisitado pelo exercício da dupla-função. Portanto, pode-se perceber que os desejos dos grevistas eram referentes à renda, à alimentação e direitos trabalhistas. O **JC** não ressaltou ou contextualizou as demandas e direitos dessa categoria.

Dessa forma, houve ambiguidade dentro na cobertura realizada no jornal, pois os manifestante de rua tinham suas demandas divulgadas e contextualizadas nas páginas do veículo. Esses mesmos manifestantes demonstraram apoio às pautas dos grevistas, como à questão da

dupla-função. Porém em reportagens sobre a greve, as requisições dos grevistas não foram respeitadas e contextualizadas. O **JC** utilizou adjetivos e criou um sentido conotativo negativo sobre a greve. Foram utilizadas palavras como “exaltado”, “revoltados” e “explosivos” para classificar as pessoas que estavam em greve. Da mesma forma, foi usado termo “novela” para tratar do movimento, todos esses exemplos podem ser observados nos anexos e apêndices da pesquisa.

Portanto, pode-se relacionar as teorias de Perseu Abramo, apresentadas no primeiro capítulo, com o comportamento do jornal em suas coberturas. No caso dos motoristas em 2013 associa-se com o padrão de fragmentação e inversão. Na fragmentação, o autor postula que a informação real é despedaçada em fragmentos e depois é remontada, através do texto, da forma como o veículo de mídia desejar. Essa ordem é desvinculada da realidade. No padrão da inversão, o fato fragmentado é descontextualizado e troca-se a ordem de importância dos acontecimentos. Esses padrões foram observados na cobertura da greve de 2013, quando o **JC** separou páginas inteiras para divulgar as consequências da greve para a população, com diversos depoimentos e imagens de trabalhadores, idosos e crianças que precisavam dos ônibus. Porém, essas consequências eram relacionadas aos grevistas e não às negociações com a Transurb e à falta de atendimento das demandas da categoria, por parte da empresa.

Segundo Mielli, a mídia corporativa tem uma postura de criminalização dos movimentos sociais. Os estudantes secundaristas, em 2016, também se queixaram de comportamentos ligados à mídia corporativa. As alunas e alunos separavam previamente um integrante para responder entrevistas da imprensa, um representante que era preparado para não dar informações passíveis de enviesamento, porque eles tinham medo de que a mídia distorcesse suas informações. Em relação ao **Jornal da Cidade**, Giovanna Sanches afirmou que o veículo dava preferência à fala da dirigente de ensino do que à dos estudantes e disse que a mídia demorou para começar a cobrir as ocupações. A primeira vez que o **JC** mencionou o movimento estudantil de Bauru foi no dia 20/10/2016, sendo que a primeira manifestação realizada pelos estudantes ocorreu no dia 05/10/2016. Ainda assim, a primeira matéria sobre os estudantes foi sobre um documento que eles próprios enviaram ao jornal. Esse comportamento é compatível com o padrão da “ocultação” teorizado por Abramo. O autor

afirma que alguns veículos não publicam determinadas pautas por escolha, caso essas pautas não sejam concordantes com os interesses da mídia.

Mielli ressalta que, em 2013, a cobertura das manifestações se destacou do padrão de induzir uma tonalidade de criminalização dos movimentos sociais. Ela também comentou sobre o fato da cobertura ter se “transformado” com o passar dos dias. Os grandes veículos de mídia iniciaram o mês de junho divulgando informações de caráter pejorativo e, posteriormente, passaram a divulgar conteúdos que exaltavam os protestos. Esse comportamento foi observado no **JC**, já que as colunas de opinião no início de junho eram críticas aos protestos e em seguida, passaram a ser publicadas somente colunas com opiniões favoráveis. A parcialidade da cobertura nesses momentos analisados pela pesquisa, leva a uma reflexão sobre a intencionalidade do veículo, que pode estar relacionada com suas convicções políticas, devido ao fato de as manifestações de 2013 terem ocorrido durante o mandato da presidente Dilma Rousseff. Já as demandas dos motoristas grevistas não eram um empecilho à presidente, mas à empresas de ônibus de Bauru e à prefeitura. Em 2016, quando as ocupações ocorreram, o impeachment de Rousseff já havia ocorrido e a presidência havia sido passada para Michel Temer. Esse fato pode ter sido um influenciador na parcialidade das coberturas dos movimentos sociais selecionados nesta pesquisa.

6. REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. **Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos**. Revista de Jornalismo da Espm: edição brasileira da Columbia Journalism Review, São Paulo p.30-89, abr./jun., 2013.
- BECKER, B. MACHADO, M. **Brasil entre as telas e as ruas: produção e consumo das narrativas jornalísticas audiovisuais sobre os protestos nacionais de junho de 2013**. Discursos Fotográficos, v. 10, n. 17, p. 39, 2014.
- CASTELLS, M. **La galáxia internet**. 1ª Ed. Barcelona: Plaza & Janés, 2001.
- DE SÁ, P. R.; SOUTO, T. V. **Jornais diários impressos e a hierarquia da informação**. In: Congresso Internacional de Design da Informação. São Paulo, 2015.
- DOWNING, J. **Mídias radicais: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2002.
- GASPARI, E. **A Ditadura Escancarada**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, J. **Combate nas Trevas**. 5ª Ed. São Paulo: Ática, 1998.
- KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários**. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- VAINER, C. et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Carta Maior, 2013.
- MARCONDES FILHO, C. **A saga dos cães perdidos**. 2ª Ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- RENÓ, P. D. **Entre a convergência e a divergência: o jornalismo cidadão do mídia ninja**. In: BRONOSKY, M; CARVALHO, J. Jornalismo e convergência. 1ª Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- ROSSI, C. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SAMARA, T. **Desenvolvimento da Hierarquia Informacional**. In SAMARA, T. Guia do Design Editorial. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, S.R. **O planejamento visual gráfico na comunicação impressa**. 1^a Ed. São Paulo: Summus, 1985.

SILVEIRA, A. S. et al. **Cidadania e Redes Digitais**. 1^a Ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias, 2010. Citação em capítulo

TREVISAN FOSSÁ, M. I. **Das ruas à mídia: representação das manifestações sociais**. 1^a Ed. Porto Alegre: Editora Universitária da PUCRS, 2015.

XAVIER, J.T.P, **Redações Desterritorializadas**. In: BRONOSKY, M; CARVALHO, J. **Jornalismo e convergência**. 1^a Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

6.1 Documentários

Zerovinte. Direção: Clara Parada. Produção: Marsílea Gombata, Piero Locatelli, Sergio Lirio, Paloma Rodrigues, Ricardo Rossetto, Lino Bocchini, Pedro Presotto e Rodrigues Martins. São Paulo (BR): CartaCapital, 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YBu09di_XHE. Acesso do dia 20/02/2018 às 20:50.

6.2 Fontes Entrevistadas

Alexandre Youssef - Comentarista e colaborador da CBN e Mídia NINJA
 Giovana Sanches - Administradora da página Movimento Estudantil Secundarista de Bauru
 Pablo Capilé - Criador da Mídia NINJA
 Raíssa Galvão - Editoras da Mídia NINJA
 Renata Mielli - Centro de Estudos em Mídia Alternativa: Barão de Itararé
 Suzana Singer - Editora da Folha de São Paulo
 Giselle Hilário - Editora do Jornal da Cidade

7.0 ANEXOS E APÊNDICES

Os anexos e apêndices desta monografia estão disponíveis no link: <https://drive.google.com/open?id=1RVc1LQa7Zit5DLbLQZq90ogwNt8d7Rfn>